

# REGRESSO A UMA VIDA MELHOR:

## *A integração dos ex-refugiados angolanos após o seu regresso a Angola*

André Joaquim Melo,  
Development Workshop Angola



© André Joaquim Melo, 2012

## Research Report

ACPOBS/2013/PUB08

# 2013



Uma iniciativa do Secretariado ACP,  
financiada pela União Europeia,

implementada pela OIM e com o apoio financeiro da Suíça, da OIM,  
do Fundo da OIM para o Desenvolvimento e do UNFPA



IOM Development Fund  
Developing Capabilities in  
Migration Management



**Dw**



## **Observatório ACP das Migrações**

O Observatório ACP das Migrações é uma iniciativa do Secretariado do Grupo dos Estados da África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP), financiada pela União Europeia, implementada pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) num consórcio com 15 parceiros e com o apoio financeiro da Suíça, da OIM, do Fundo da OIM para o Desenvolvimento e do UNFPA. Fundado em 2010, o Observatório ACP é uma instituição concebida para produzir dados relativos à migração Sul-Sul no Grupo dos Estados ACP para migrantes, para a sociedade civil e para os decisores políticos, bem como para aperfeiçoar as capacidades de investigação nos países ACP para a melhoria da situação dos migrantes e o fortalecimento da relação migração-desenvolvimento.

O Observatório foi fundado para facilitar a criação de uma rede de instituições de investigação e de especialistas na investigação da migração. As actividades estão a iniciar-se em 12 países piloto e serão progressivamente alargadas a outros países ACP interessados. Os 12 países piloto são: Angola, Camarões, Haiti, Quénia, Lesoto, Nigéria, Papua-Nova Guiné, a República Democrática do Congo, a República Unida da Tanzânia, Senegal, Timor-Leste, e Trindade e Tobago.

O Observatório deu início a actividades de investigação e de criação de capacidades relativamente à migração Sul-Sul e ao desenvolvimento. Através destas actividades, o Observatório ACP pretende abordar muitas questões que assumem uma importância cada vez maior para o Grupo ACP no âmbito da relação migração-desenvolvimento. É possível aceder e transferir gratuitamente documentos e outros dados de investigação, bem como manuais de desenvolvimento de capacidades através da página web do Observatório ([www.acpmigration-obs.org](http://www.acpmigration-obs.org)). Outras publicações e informações futuras sobre as actividades do Observatório serão publicadas on-line.

© 2013 International Organization for Migration (IOM)

© 2013 ACP Observatory on Migration

Documento preparado por André Joaquim Melo, Development Workshop Angola. Esta publicação foi produzida com a assistência financeira da União Europeia. O conteúdo desta publicação é da inteira responsabilidade do autor e não pode em caso algum ser considerado como reflectindo a posição do Secretariado do Grupo dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), da União Europeia, da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e dos outros membros do consórcio do Observatório ACP das Migrações, do UNFPA ou da Confederação Suíça.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser extraída, reproduzida, traduzida ou utilizada em qualquer formato ou em qualquer meio, eletrónico, mecânico, incluindo fotocópia e gravação ou qualquer outro meio, sem o prévio consentimento por escrito do editor.



**ACP** OBSERVATORY ON MIGRATION  
OBSERVATOIRE ACP SUR LES MIGRATIONS  
OBSERVATÓRIO ACP DAS MIGRAÇÕES

# **REGRESSO A UMA VIDA MELHOR:** *A integração dos ex-refugiados angolanos após o seu regresso a Angola*

André Joaquim Melo,  
Development Workshop Angola



*Em memória de Yukiko Kumashiro, que assumiu o compromisso com a causa das populações migratórias em Angola - e com os angolanos partilhou os seus conhecimentos, valores e aspirações para o bem estar e desenvolvimento da sociedade.*

*Somos testemunhos desta valiosa personagem amistosa que entre nós surgiu do mundo e habitou até a consumação do mistério da vida.*



## Prefácio

As décadas de conflito que assolaram Angola provocaram um conjunto de impactos muito profundos e duradouros aos mais diversos níveis. Um dos mecanismos mais dramáticos e complexos através dos quais esses impactos se fizeram sentir consistiu nas múltiplas vagas de deslocação populacional abrupta e desordenada, tanto no interior do território como com destino aos países vizinhos, em busca de condições mínimas de segurança humana. A população que procurou refúgio no exterior do território, e que entretanto beneficiou na maior parte dos casos da concessão do estatuto de refugiada, viu-se obrigada a reconstruir a sua vida, de forma mais ou menos precária, nos países e áreas de acolhimento – e, devido à longa duração do conflito, acabou por dar origem a gerações subsequentes de refugiados, cujas vinculação identitária e situação socioeconómica se caracterizaram sempre por uma especial complexidade.

Após o restabelecimento da paz em 2002, a procura de soluções sustentáveis e dignas para a situação destas centenas de milhares de pessoas surgiu como um novo imperativo, mas viu-se constrangida pela necessidade de atender simultaneamente aos objectivos e prioridades da reconstrução de Angola, às relações com os países de acolhimento, aos recursos disponíveis e aos objectivos e necessidades dos próprios refugiados. De uma forma geral, a solução predominantemente adoptada consistiu no repatriamento voluntário, levado a cabo em diferentes fases através de parcerias entre o Governo de Angola, os governos dos países de acolhimento, a OIM e o ACNUR. Porém, tal como é assinalado pela generalidade da bibliografia existente sobre esta temática, os desafios associados à busca de soluções dignas e duradouras para as populações refugiadas não cessam com o processo de repatriamento em sentido estrito. Pelo contrário: os desafios colocados pelos processos de reintegração nas comunidades de acolhimento (que em muitos casos são na verdade processos de *integração*, uma vez que incluem descendentes de refugiados que nunca viveram em Angola, bem como muitos casos de instalação em locais ou cidades distintos dos locais ou cidades originários) assumem eles próprios especial complexidade, em virtude da magnitude dos fluxos, da vulnerabilidade das populações em causa e das carências infraestruturais que caracterizam os territórios de acolhimento.

O Governo de Angola, em articulação com diversas organizações internacionais e não-governamentais, desenvolveu ao longo da última década um conjunto de programas, políticas e medidas de reinserção social, tanto de deslocados internos como de migrantes regressados, cuja escala é, por si só, absolutamente

notável. Contudo, como porventura seria inevitável no contexto de um processo com esta magnitude e características, as carências e necessidades específicas sentidas pelos migrantes regressados continuam a representar um desafio de monta, mesmo depois de formalmente concluído o processo de repatriamento e reintegração. Estão em causa questões tão fundamentais como o acesso à terra e/ou a uma habitação condigna; a possibilidade de adopção de estratégias de subsistência viáveis; a promoção da coexistência harmoniosa entre as comunidades de acolhimento e os migrantes regressados; e a mobilização das competências específicas dos migrantes regressados no contexto do desenvolvimento económico e humano de Angola – para referir apenas alguns dos aspectos mais importantes.

Embora a experiência e o conhecimento acumulados pelas diversas organizações que têm intervindo nesta problemática – nomeadamente o MINARS, a OIM e o ACNUR – sejam muito consideráveis, continua a verificar-se, no contexto angolano, uma escassez de dados actualizados e de análises aprofundadas sobre estas questões, que permitam consolidar uma base de conhecimentos susceptível de apoiar a concepção e implementação de políticas públicas ainda mais eficazes, equitativas e sustentáveis. Uma tal base de conhecimentos não se constrói de um dia para o outro, exigindo a colaboração de todos os intervenientes e a elaboração e partilha de estudos e análises de forma sistemática e continuada. Neste contexto, o presente estudo, encomendado pelo Observatório ACP das Migrações e elaborado pela Development Workshop, constitui um contributo importante para a criação de uma nova dinâmica de produção e partilha de conhecimento sistemático e abrangente sobre esta problemática. Apesar das dificuldades e limitações que constrangeram a sua execução, emergem deste estudo algumas conclusões extremamente relevantes que poderão ser objecto de aprofundamento no contexto de futuros projectos de investigação, bem como algumas recomendações de grande pertinência que, desejavelmente, poderão ser tidos em conta pelos responsáveis políticos com a tutela destas matérias. Felicitamos por isso a equipa da Development Workshop e fazemos votos de que a melhoria do bem-estar das populações regressadas e das comunidades de acolhimento, que constitui o objectivo último da actuação nesta matéria, prossiga com o maior sucesso.

João Peixoto e Alexandre Abreu  
Março de 2013

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar, gostaríamos de exprimir a nossa gratidão às instituições do Governo de Angola cujos responsáveis e representantes autorizaram a cedência de informações e/ou disponibilizaram o seu tempo para a realização de entrevistas, contribuindo assim de forma inestimável para a materialização deste relatório. É também devido um agradecimento especial aos ex-refugiados regressados que aceitaram ser inquiridos e entrevistados, prestando um contributo absolutamente indispensável para a viabilização deste estudo. Agradecemos também às organizações do sector privado, organizações não governamentais e universidades angolanas que nos abriram as suas portas durante o processo de recolha de dados. Por outro lado, estendemos os nossos agradecimentos aos nossos colegas dos sectores de projectos, administração e finanças da Development Workshop por todo o apoio interno que nos concederam e que tanto facilitou o trabalho de campo e a elaboração deste estudo. Agradecemos também os esforços da equipa do Instituto Superior da Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa pela valiosa coordenação científica. Ao Observatório ACP das Migrações e à missão da OIM em Angola, endereçamos os nossos sinceros agradecimentos por nos terem considerado capazes de implementar este estudo e por todo o apoio que nos prestaram durante a sua realização. Por último, gostaríamos de agradecer, de uma forma geral, a todas as entidades singulares ou institucionais que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a implementação com êxito deste estudo, culminando na elaboração do presente relatório.



# Índice

<b>Lista de acrónimos e abreviaturas.....</b>	<b>xi</b>
<b>Lista de mapas, tabelas e gráficos .....</b>	<b>xiii</b>
<b>Sumário executivo .....</b>	<b>xv</b>
<b>Executive summary .....</b>	<b>xvii</b>
<b>Résumé analytique .....</b>	<b>xix</b>
<b>I. Introdução.....</b>	<b>1</b>
1.1 Formulação da problemática.....	2
1.2 Objectivos geral e específicos.....	2
1.3 Relevância do estudo .....	3
<b>2. Revisão bibliográfica .....</b>	<b>5</b>
<b>3. Metodologia .....</b>	<b>15</b>
3.1 Áreas estudadas, grupo-alvo e amostra .....	15
3.2 Recolha e tratamento dos dados.....	16
3.3 Ressalvas metodológicas e limitações da análise .....	18
<b>4. Discussão e análise dos resultados.....</b>	<b>21</b>
4.1 Principais tendências da migração de regresso a Angola .....	21
4.2 Características dos ex-refugiados regressados .....	25
4.3 As necessidades de (re)integração dos ex-refugiados regressados .....	28
4.4 O nexó migração de regresso-desenvolvimento humano em Angola .....	32
4.5 O potencial dos migrantes regressados no contexto do processo de desenvolvimento em Angola.....	37
<b>5. Conclusões e recomendações .....</b>	<b>41</b>
5.1 Conclusões .....	41
5.2 Recomendações .....	42
<b>6. Referências bibliográficas .....</b>	<b>45</b>
<b>7. Anexos.....</b>	<b>49</b>



## **Lista de acrónimos e abreviaturas**

ACP	Grupo de Estados de África, Caraíbas e Pacífico
CEIC	Centro de Estudos e Investigação Científica
DCA	Dan Church Aid
DW	Development Workshop
GdA	Governo de Angola
HRW	Human Rights Watch
MINARS	Ministério da Assistência e Reinserção Social
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OSC	Organizações da Sociedade Civil
PDIs	Pessoas Deslocadas Internamente
RDC	República Democrática do Congo
SADC	Southern African Development Community (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral)
SAMP	Southern African Migration Project (Projecto da África Austral sobre as Migrações)
SSI	Semi-structured interview (Entrevistas semi-estruturadas)
SSQ	Semi-structured questionnaire (Questionário semi-estruturado)
UCAN	Universidade Católica de Angola
UN	United Nations (Nações Unidas)
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
VROP	Voluntary Repatriation Operation Primer



## **Lista de mapas, tabelas e gráficos**

### **Mapas**

- Mapa 1: Mapa de Angola com indicação das três províncias onde foi levada a cabo a recolha de dados
- Mapa 2: Países de proveniência predominantes dos ex-refugiados regressados inquiridos no Huambo
- Mapa 3: Países de proveniência predominantes dos ex-refugiados regressados inquiridos em Luanda
- Mapa 4: Países de proveniência predominantes dos refugiados regressados inquiridos em Luena

### **Tabelas**

- Tabela 1: Países de acolhimento dos regressados (em %)
- Tabela 2: Principal fonte de assistência para a (re)integração dos regressados segundo os próprios (em %)

### **Gráficos**

- Gráfico 1: Sexo dos inquiridos por país de acolhimento (em %)
- Gráfico 2: Sexo dos inquiridos por província (em %)
- Gráfico 3: Faixa etária por província (em %)
- Gráfico 4: Nível académico do chefe da família (em %)
- Gráfico 5: Competências adquiridas segundo o sexo (em %)
- Gráfico 6: Acessibilidade dos serviços sociais (em %)
- Gráfico 7: Condições dos serviços sociais (em %)
- Gráfico 8: Principais fontes de rendimento (em %)
- Gráfico 9: Comparação socioeconómica (em %)
- Gráfico 10: Posse de uma motorizada (em %)
- Gráfico 11: Posse de um rádio (em %)
- Gráfico 12: Condições habitacionais (em %)
- Gráfico 13: Sexo vs. comparação socioeconómica (em %)
- Gráfico 14: Competências bem aproveitadas (em %)



## Sumário executivo

Este estudo, que incide sobre a (re)integração dos ex-refugiados angolanos após o seu regresso a Angola, tem como principal objectivo analisar as principais tendências ao nível da migração de regresso, das estratégias de (re)integração dos ex-refugiados regressados e dos nexos existentes entre a migração e o desenvolvimento humano, de modo a aprofundar o conhecimento científico sobre estas matérias e a promover a consolidação de um contexto propício a que as políticas públicas angolanas possam assentar numa base científica mais alargada e concreta. Por outro lado, este estudo assume também relevância na medida em que contribui para a capacitação técnica e científica dos especialistas angolanos nos domínios das chamadas ‘migrações Sul-Sul’ e das suas relações com o desenvolvimento. Através destas vias, pretende-se que esta iniciativa contribua para o desenvolvimento de soluções robustas para as questões do regresso e reintegração dos refugiados angolanos no contexto da chamada ‘cláusula de cessação’<sup>1</sup> e, de uma forma mais geral, para que a problemática da mobilidade humana, incluindo em particular o regresso de refugiados, sejam tratados a partir da perspectiva do desenvolvimento humano.

A nível metodológico, o estudo assentou principalmente em duas estratégias de obtenção de informação: a realização de entrevistas semi-estruturadas com informantes-chave ligados a instituições governamentais, não-governamentais e outros actores; e a aplicação de um questionário semi-estruturado, que incluiu uma componente qualitativa, junto de uma amostra de ex-refugiados angolanos regressados da Zâmbia, da República Democrática do Congo (RDC) e da Namíbia que residem actualmente nas cidades do Huambo, Luanda e Luena. Foi também recolhida informação em Maquela do Zombo junto de um grupo de ex-refugiados regressados, mas, devido às circunstâncias em que foi possível realizar essa recolha de dados, esta assentou essencialmente na realização de entrevistas abertas, não tendo este grupo sido incluído na amostra do inquérito semi-estruturado. Finalmente, foi ainda realizado um grupo focal de discussão, o qual complementou os resultados do inquérito e das entrevistas institucionais. Na fase seguinte, a análise quantitativa dos resultados do inquérito (que consistiu principalmente em cruzamentos de variáveis) foi triangulada com as informações qualitativas recolhidas através dos restantes métodos.

---

1 Vide nota de rodapé nº 5, para uma explicação mais detalhada desta questão.

Alguns dos resultados mais relevantes a assinalar incluem o facto de, maioritariamente, os migrantes regressados inquiridos nas três províncias abrangidas pelo estudo terem regressado do país vizinho que se encontra mais próximo. Na maior parte dos casos, os responsáveis dos agregados familiares possuem um nível de escolaridade relativamente elevado: a maioria possui um nível de escolaridade correspondente à nona classe ou superior. No que diz respeito aos percursos de vida e percepções qualitativas, a maior parte dos inquiridos, com excepção da sub-amostra do Huambo, afirmou encontrar-se actualmente em condições socioeconómicas mais favoráveis do que antes do regresso, mas uma parte também considerável afirmou não sentir diferenças significativas a este nível. Por outro lado, uma percentagem substancial da amostra manifestou a sua satisfação relativamente ao acesso aos serviços sociais disponíveis, sendo elevada a percentagem dos que afirmaram ter recebido apoio por parte do Governo de Angola ou de outras entidades oficiais aquando do seu processo de (re)integração. Porém, um número também muito significativo revela não ter ainda acesso a alguns serviços sociais básicos.

Por outro lado, é também considerável o número dos que apelam ao Governo no sentido de que considere a possibilidade de criação de mecanismos e estratégias de (re)integração que visem especificamente os ex-refugiados regressados mais qualificados ou detentores de competências profissionais relevantes. O estudo conclui que a lógica da equidade na programação das políticas públicas (entre migrantes regressados e a população em geral) não deve obstar a que sejam tidas em conta as necessidades e potencialidades específicas dos migrantes regressados; que as questões do acesso à terra/alojamento e da mobilização das competências no sentido da obtenção de um rendimento assumem especial prioridade; e que a implementação de planos e políticas de (re)integração eficazes requer a realização de estudos e análises numa base continuada. Por sua vez, esses estudos poderão servir também para realçar a capacidade científica angolana a nível internacional, nomeadamente no que diz respeito à temática das migrações e desenvolvimento. Este estudo pretende constituir uma das primeiras contribuições nesse sentido.

## Executive summary

This study, focused on the (re) integration of Angolan ex-refugees after their return to Angola, has as its main objective the analysis of major trends on return migration, (re) integration strategies of returnees and the existing links between migration and human development, in order to improve scientific knowledge on these issues and promote an adequate framework for evidence-based policymaking in Angola. Furthermore, this study is also relevant for technical and scientific capacity-building processes of Angolan experts in the field of 'South-South migration' and its links to development. Through these axes, it is expected that this initiative will contribute to the development of comprehensive solutions for the return and reintegration of Angolan refugees is the framework of the 'cessation clause'<sup>2</sup> and, more generally, to the inclusion of human mobility, and in particular the return of refugees, in a human development perspective.

Methodologically, the study is mainly based in two information-collecting strategies: semi-structured interviews with key-stakeholders from government agencies, non-governmental institutions and other actors and the implementation

of a semi-structured questionnaire, including a qualitative component, to a sample of Angolan ex-refugees returned from Zambia, the Democratic Republic of the Congo and Namibia, currently residing in the cities of Huambo, Luanda and Luena. Information was also collected in Maquela do Zombo from returned ex-refugees. Finally, a discussion focal group was organized, which completed the results of the survey and the institutional interviews. In the following phase, the analysis of the survey results (mainly based on crossing of variables) was triangulated with qualitative information collected through the other mechanisms.

Some of the most relevant findings of the study include the fact that most returned migrants in the three provinces covered by the research came back from the nearest foreign country. In most cases, heads of households had an education level relatively high: the majority holds diplomas from ninth grade or higher. With regards to qualitative perceptions, most respondents, with the exception of the subsampling in Huambo, noted that they were in better socioeconomic conditions than before returning. A considerable part also highlighted not feeling significant differences. Furthermore, an important share of the sampling

---

2 See footnote 5 for more information.

manifested its satisfaction with the access to available social services. Many affirmed having received support from the Government of Angola or from other official entities during their (re)integration process. A high share also mentioned not having accessed several basic social services.

On another hand, the number of those requesting from the Government the establishment of specific (re)integration mechanisms or strategies for skilled or qualified returned ex-refugees is important. The study concludes that equity in public policymaking (between returned migrants and the general population) should not impede

taking into consideration the specific needs and potential of returned migrants. Special priority should be given to the access to land and hosting and the mobilization of skills to reach high performance levels. The implementation of efficient (re) integration strategies and policies requires continued studies and analyses. These studies may also serve to promote the scientific capacity of Angolan researchers at the international level, specifically with regards to migration and development. This study aims at being one of the initial contributions in this endeavor.

## Résumé analytique

Cette étude, centrée sur la (ré) intégration d'anciens réfugiés angolais après leur retour en Angola, a comme objectif principal l'analyse des principales tendances des migrations de retour, des stratégies de (ré) intégration et des liens existant entre migrations et développement humain, afin d'améliorer les connaissances scientifiques sur ces phénomènes et de promouvoir un cadre adéquat pour le développement de politiques fondées sur des informations fiables en Angola. D'un autre côté, cet étude est également pertinente pour les processus de renforcement des capacités techniques et scientifiques des experts angolais dans le domaine des 'migrations sud-sud' et ses liens avec le développement. A travers ces angles, cette initiative doit également contribuer au développement de solutions adéquates pour le retour et la réintégration des réfugiés angolais dans le cadre de la 'clause de cessation'<sup>3</sup> et, plus généralement, à l'intégration de la mobilité humaine, en particulier du retour des réfugiés, dans une perspective de développement humain.

En termes méthodologiques, cette étude est principalement basée sur deux stratégies de collecte d'informations : des entretiens semi-structurés avec

des informateurs clés d'agences gouvernementales, d'organisations non gouvernementales et autres acteurs et la mise en place d'un questionnaire, y compris avec une composante qualitative, à un échantillonnage d'anciens réfugiés angolais retournés de Zambie, de la République démocratique du Congo et de Namibie, résidant actuellement dans les villes de Huambo, Luanda et Lúena. Des informations ont été également collectées à Maquela do Zombo auprès d'anciens réfugiés retournés. Finalement, un groupe focal de discussion a été organisé afin de compléter les résultats de l'enquête et des entretiens institutionnels. Dans la phase suivante, l'analyse des résultats de l'enquête (principalement fondés sur le croisement de variables) a été croisée avec des informations qualitatives recueillies à travers d'autres mécanismes.

Les résultats les plus pertinents de cette étude incluent le fait que la plupart des migrants retournés dans les trois provinces couvertes par l'enquête sont revenus du pays étranger le plus proche. Dans la plupart des cas, les chefs de foyer ont un niveau éducatif relativement élevé : la plupart dispose de diplômes de neuvième degré ou supérieurs. En ce qui concerne les perceptions qualitatives, la

---

3 Voir note n. 5 pour plus d'informations.

plupart des personnes consultées, à l'exception du sous-échantillonnage de Huambo, a souligné vivre dans de meilleures conditions socio-économiques qu'avant le retour. Une partie considérable a aussi signalé ne pas ressentir des différences substantielles. De plus, un pourcentage important des personnes consultées a manifesté sa satisfaction avec les services sociaux disponibles. Nombreux sont ceux qui ont affirmé avoir reçu du soutien du Gouvernement de l'Angola ou d'autres entités officielles pendant le processus de (ré)intégration. Cependant, une quantité élevée d'anciens réfugiés a signalé ne pas avoir accédé à plusieurs services sociaux basiques.

D'un autre côté, de nombreuses personnes consultées demandent au Gouvernement l'établissement de mécanismes ou de stratégies de (ré)intégration spécifiques pour les anciens réfugiés de retour hautement

qualifiés ou avec des compétences particulières. L'étude conclut que l'équité dans le développement de politiques (entre les migrants de retour et la population en général) ne doit pas empêcher la prise en compte des besoins et du potentiel spécifique des migrants de retour. Une priorité spécifique devrait être accordée à l'accès à la propriété foncière et au logement et à la mobilisation des compétences pour atteindre des niveaux de performance élevés. La mise en place de stratégies et de politiques de (ré)intégration efficaces nécessite du développement continu d'études et d'analyses. Ces études peuvent également servir à promouvoir les capacités scientifiques des chercheurs angolais au niveau international, en particulier sur le rapport entre migrations et développement. Cette étude cherche à devenir une des premières contributions dans ce processus.

## I. Introdução

Este relatório é o resultado de um estudo encomendado pelo Observatório das Migrações do Grupo dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico (Observatório ACP das Migrações) sobre o tema da (re) integração dos antigos refugiados angolanos após o seu regresso à República de Angola. O Secretariado ACP reconhece que a mobilidade contribui para a melhoria das capacidades das pessoas e para o alargamento das suas escolhas, na medida em que permite que elas melhorem a sua qualidade de vida através da redução da pobreza e da realização de progressos ao nível da saúde e educação. O Secretariado ACP considera também que é possível assegurar uma maior coerência política e institucional através da criação de um consenso global e abrangente que encare a mobilidade humana como uma estratégia de subsistência. Neste sentido, e tendo em conta a importância e as especificidades da mobilidade humana em Angola, este estudo pretende constituir um contributo para a formulação e consolidação de uma abordagem a este fenómeno que permita que os benefícios da mobilidade excedam os seus custos.

A mobilidade humana pode constituir um mecanismo especialmente poderoso de promoção do

desenvolvimento sempre que se verificam certos requisitos – tais como a salvaguarda das liberdades e direitos fundamentais, incluindo o direito de deslocação (Gallina, 2010). Neste contexto, um dos objectivos centrais do Observatório ACP das Migrações consiste em promover a expansão da base de conhecimentos sobre os impactos das migrações ao nível do desenvolvimento humano. Ora, para assegurar a avaliação e acompanhamento desses impactos, é necessária a realização de estudos empíricos actualizados, em articulação com a bibliografia existente, sobre o nexo migrações-desenvolvimento. Foi esse o propósito do estudo que esteve na base deste relatório, o qual foi encomendado pelo Observatório ACP das Migrações e realizado em Angola pela equipa de pesquisa da Development Workshop (DW).

O relatório é constituído por cinco capítulos. O primeiro capítulo, de carácter introdutório, apresenta o enquadramento do estudo, procede à formulação da problemática central e enuncia os objectivos da investigação. O segundo capítulo consiste numa revisão da bibliografia de referência sobre a temática em apreço. Por sua vez, o terceiro capítulo descreve a metodologia utilizada no estudo, as áreas onde decorreu a recolha de dados e os

métodos de selecção da amostra. No quarto capítulo, são apresentados e discutidos os principais resultados do estudo. Finalmente, o quinto e último capítulo enuncia as principais conclusões e recomendações.

## **1.1 Formulação da problemática**

Uma das consequências da guerra civil que assolou Angola durante várias décadas consiste na escassez de dados fiáveis e facilmente acessíveis sobre as características da mobilidade humana neste país. Por outro lado, continuam também a escassear as capacidades institucionais ao nível da recolha e análise de dados que possam servir de base à formulação de políticas assentes numa base de conhecimentos ampla e sólida, nomeadamente no que diz respeito à migração interna em direcção aos centros urbanos e ao movimento dos ex-refugiados que regressam às suas áreas de origem ou a outras partes do território nacional.

Os estudos recentes sobre o fenómeno da mobilidade humana no território angolano são em número bastante reduzido, tendo na sua maioria sido realizados pela Organização Internacional para as Migrações (OIM)<sup>4</sup> ou pelo Projecto

da África Austral sobre as Migrações (SAMP). Para além dos dados oficiais e publicamente disponíveis sobre migrações e mobilidade serem escassos, na maior parte dos casos não permitem uma análise detalhada, na medida em que não se encontram desagregados segundo variáveis tão fundamentais como a idade, o sexo ou o nível de escolaridade. Estes constrangimentos dificultam a compreensão das principais tendências ao nível dos fluxos migratórios, das práticas de mobilidade e das suas relações com o desenvolvimento, o que, por sua vez, dificulta a formulação de recomendações ao nível das políticas públicas. Em particular, os processos de repatriamento de refugiados angolanos que tiveram lugar durante a última década não foram suficientemente estudados – e as lições decorrentes destas experiências não foram analisadas em profundidade, nem suficientemente partilhadas com a academia angolana. A relativa escassez de informação e análise sobre esta temática constituiu, por isso, uma das principais motivações subjacentes à elaboração do presente estudo.

## **1.2 Objectivos geral e específicos**

O objectivo geral deste estudo consistiu em contribuir para o reforço do quadro programático e político

---

4 Uma lista completa destes estudos encontra-se disponível no compêndio dos estudos existentes sobre a migração intra-ACP.

relativo às migrações de regresso a Angola, com ênfase especial nos desafios decorrentes do processo de (re)integração dos ex-refugiados regressados e nas necessidades sentidas tanto pelos ex-refugiados regressados como pelas comunidades de acolhimento no país de origem/retorno.

Por sua vez, os objectivos específicos consistiram em:

- a) Mapear e analisar as principais tendências das migrações de regresso a Angola, identificando as características, objectivos e necessidades dos ex-refugiados regressados e relacionando-os com a promoção do desenvolvimento humano;
- b) Reforçar a capacidade dos investigadores angolanos e outros parceiros nacionais a fim de que contribuam de forma mais efectiva no contexto de acções específicas no domínio das migrações, incluindo no âmbito das actividades do Observatório ACP das Migrações; e
- c) Formular um conjunto de recomendações que apoiem a formulação de uma estratégia política no domínio das migrações de regresso que seja coerente, assente em dados empíricos concretos e susceptível de aprovação e adopção por parte dos titulares dos ministérios do

Governo de Angola que tutelam estas matérias.

### **1.3 Relevância do estudo**

O presente estudo contribui de forma tangível para a prossecução de alguns dos principais objectivos do Observatório ACP das Migrações, incluindo o aprofundamento do conhecimento sobre a temática das migrações Sul-Sul e a formulação de recomendações relativamente aos principais desafios identificados neste domínio pelos decisores políticos. No caso específico das migrações de regresso a Angola, uma parte significativa desses desafios decorre da escassez de estudos sobre as relações existentes entre as migrações e o desenvolvimento, bem como da insuficiente disponibilidade e fiabilidade dos dados existentes sobre este fenómeno. Por outro lado, o processo de realização deste estudo contribuiu também para o reforço das capacidades nacionais ao nível da investigação científica sobre a temática das migrações, constituindo um passo inicial no sentido de responder à necessidade de fortalecer as relações entre os investigadores e os decisores políticos angolanos, no contexto da formulação de políticas públicas assentes numa base científica robusta. Considerando que a temática das migrações tem vindo a assumir uma importância cada vez

maior no contexto da planificação dos processos de desenvolvimento, este estudo pretende contribuir para a consolidação dessa relação.

É muito importante que os processos de (re)integração dos ex-refugiados regressados sejam adequadamente planeados e acompanhados, a fim de assegurar o seu acesso aos serviços sociais e a satisfação das suas necessidades básicas (incluindo a alimentação, o alojamento, os cuidados de saúde e a educação), e de modo a que a sua (re)inserção nas comunidades locais e no mercado de trabalho seja tão harmoniosa quanto possível. A utilização dos resultados desta pesquisa no contexto da concepção e implementação de programas e políticas públicas poderá constituir um estímulo adicional para

que outros emigrantes angolanos regressem ao seu país. Por outro lado, poderá contribuir também para a identificação de soluções duradouras e eficazes para os desafios específicos que se colocam no caso dos refugiados angolanos de longa duração em consequência da entrada em vigor da chamada 'cláusula de cessação'<sup>5</sup>.

---

5 Tal como estabelecido no Artigo 1C da Convenção de 1951 Relativa ao Estatuto dos Refugiados, esta cláusula refere-se à perda do estatuto de refugiado em resultado de terem deixado de se verificar as circunstâncias que estiveram originalmente subjacentes à atribuição e reconhecimento desse mesmo estatuto. No caso dos refugiados angolanos, esta cessação ocorreu no ano de 2012.

## 2. Revisão bibliográfica

Tal como afirmam Castles e Miller (2009), pode-se afirmar com segurança que a mobilidade é uma parte intrínseca da natureza humana. Porém, ainda que a mobilidade seja inerente aos seres humanos e que daí resulte que a migração seja ela própria um fenómeno expectável e transversal, a compreensão deste fenómeno, em toda a sua complexidade, coloca algumas dificuldades de natureza tanto teórico-conceptual como empírica. No contexto africano, os processos históricos que estiveram na origem das fronteiras nacionais são em si mesmos causadores de fluxos migratórios e desafios específicos, tendo estado por vezes na origem de conflitos diversos (Rodney, 2010). No caso específico de Angola, importa ter todos estes aspectos em conta para melhor apreendermos a complexidade das causas e consequências da guerra que afectou o país durante décadas (Brinkman, 2003b). Por sua vez, as diversas fases do próprio conflito estiveram na origem de movimentos e processos de recomposição populacional muito significativos, na medida em que forçaram a população a deslocar-se em busca de locais mais seguros, dentro e fora do território angolano, desde o início da guerra de independência na década de 1960 até ao final da guerra civil em 2002 (Brinkman, 2003a).

Durante este longo período de conflito armado, caracterizado pela sucessão de diferentes fases, Angola foi palco da deslocação de milhões de pessoas, tendo sido atribuído o estatuto de Pessoas Deslocadas Internamente (PDIs) ou de refugiados (Marques, 2003) a muitas delas. De uma forma geral, as populações tenderam a deslocar-se das áreas rurais para as áreas urbanas – principalmente em direcção a cidades do litoral como Luanda, Benguela, Lobito, Sumbe, Namibe e Soyo (Robson e Roque, 2001a, 2001b). Até à data de Abril de 2002, o Governo de Angola contabilizou mais de 4 milhões de angolanos como tendo sido internamente deslocados durante os 26 anos de guerra anteriores<sup>6</sup>. Ao mesmo tempo, foram também muitos os angolanos que procuraram refúgio nos países vizinhos (Brinkman, 2003a; Hansen, 1981). Embora seja grande a incerteza em relação ao número exacto de pessoas que procuraram refúgio no exterior do território angolano ao longo da guerra, estima-se que, à data de Dezembro de 2011, houvesse ainda 128.664 refugiados angolanos a residir no exterior do país<sup>7</sup>. Porém, este número terá decrescido significativamente

---

6 Fonte: <http://www.sarpn.org/documents/d0000337/summary.php>.

7 Fonte: <http://www.internal-displacement.org/countries/angola>.

desde esta data, em consequência do processo de repatriamento voluntário que decorreu em 2011-2012 a partir de diversos países da África Austral<sup>8</sup>.

O final da guerra civil em 2002 veio encerrar um dos mais prolongados períodos de conflito armado, ainda que com algumas interrupções, em todo o continente africano – o qual incluiu a guerra de independência, que teve início em 1961 e se prolongou por quase uma década e meia (Brinkman, 2003a), seguida pelas diferentes fases da guerra civil, que terminou definitivamente em 2002 (Chaulia, 2006). Na sequência do restabelecimento da paz, Angola tornou-se o segundo maior produtor de petróleo de África, o principal país exportador de diamantes do continente e a segunda maior economia da África Austral, depois da África do Sul (Allen e Ndikumana, 2000). Este dinamismo económico teve como consequência o afluxo de trabalhadores com maiores ou menores qualificações, empresários, comerciantes e outras pessoas em busca de melhores condições de vida – afluxo esse que incluiu também os movimentos de regresso por parte de cidadãos angolanos que se encontravam no exterior do país com estatuto de refugiados.

No entanto, tal como revelado por um estudo levado a cabo por Robson e Roque (2001) sobre as relações

existentes entre os movimentos populacionais e o desenvolvimento socioeconómico em Angola, o recurso à migração das áreas rurais para os centros urbanos em busca de melhores condições socioeconómicas é um fenómeno que antecede a própria independência do país. Outro aspecto importante assinalado pelo referido estudo consiste na importância que sempre assumiu para os migrantes a necessidade de assegurar alguma forma de abrigo ou alojamento, que tanto podia passar pela construção de um novo alojamento no terreno de uma família anfitriã como pela aquisição ou arrendamento de um alojamento já existente, normalmente na periferia da cidade em questão. Em ambos os casos, estes processos estiveram na origem de dinâmicas de urbanização desestruturada (anárquica), cujas consequências duradouras ilustram bem a importância da existência de um quadro estratégico preventivo que permita evitar que a fluidez da mobilidade humana coloque sob demasiada pressão as estruturas urbanísticas, habitacionais e sociais dos locais de acolhimento destes movimentos migratórios.

A habitação é um aspecto primordial em tudo o que diz respeito aos assentamentos humanos, pelo que deve ocupar um lugar cimeiro na hierarquia das prioridades associadas à (re)integração dos ex-refugiados ressedados. Ora, a fim de assegurar a

---

8 Dados recolhidos pelo ACNUR até Janeiro de 2011.

salvaguarda do direito ao alojamento por parte dos migrantes repatriados ou regressados, é necessário que estes migrantes tenham acesso a terrenos. Neste contexto, um estudo realizado pela Human Rights Watch (HRW, 2005) sobre os processos de regresso e (re)integração em Angola constatou que, no caso das áreas rurais, os familiares e/ou *sobas*<sup>9</sup> que não se deslocaram durante a guerra desempenharam muitas vezes um papel muito importante ao ajudarem os migrantes (ex-PDIs e ex-refugiados) regressados a acederem a terrenos para a construção de casas e realização de actividades agrícolas. Noutras situações, como por exemplo no casos em que as aldeias em questão foram completamente abandonadas, os migrantes regressados retomaram habitualmente os seus antigos terrenos.

Porém, a situação foi totalmente diferente nos casos em que os migrantes regressados se dirigiram e procuraram instalar-se em áreas urbanas, nas quais o povoamento é muito mais denso e o papel dos *sobas* na disponibilização de terrenos ou na facilitação do seu acesso é praticamente inexistente. Houve casos, como o da cidade de Luena, em que a própria administração municipal designou zonas específicas para albergar os regressados (Melo, no prelo). Porém, verificaram-se

outros casos em que os ex-refugiados regressados foram deixados à sua sorte, tendo de procurar por si mesmos terrenos onde pudessem construir as suas casas. Nesse tipo de casos, aqueles que têm emprego têm maior facilidade em encontrar uma solução, mas o problema é de muito mais difícil resolução para os que não dispõem de rendimentos minimamente adequados (Marques, 2003; Melo, no prelo). O apoio e promoção do acesso dos ex-refugiados regressados à terra e/ou à habitação, principalmente nas áreas urbanas e peri-urbanas, assume por isso uma importância fulcral no contexto dos processos de (re)integração (Huggins e Clover, 2005; Robson, 2001).

Estima-se que mais de metade da população angolana resida em áreas urbanas ou peri-urbanas, sendo a maior concentração na capital nacional, Luanda. A cidade de Luanda é o centro urbano cuja população tem crescido mais rapidamente em todo o continente africano, registando uma taxa de crescimento anual de quase 6% (DW, 2011). Embora não seja possível afirmar com rigor qual a parte deste crescimento populacional que se deve aos fluxos migratórios, podemos inferir, a partir dos resultados de outros estudos, que a migração é uma componente central desta dinâmica (Nzatuzola, 2011; Robson, 2006 e 2001). Aquando das décadas de conflito armado, não

---

9 Traditional chieftains.

há qualquer dúvida que assim foi, uma vez que a população afluía maioritariamente a um conjunto reduzido de cidades costeiras, entre as quais Luanda se destacou como o refúgio mais seguro e o destino mais frequente (Robson, 2006).

Segundo o Relatório Económico de 2010 do Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Angola (UCAN), as principais cidades, principalmente Luanda, continuam no entanto a registar ainda hoje um afluxo muito significativo de pessoas providas das áreas rurais, em busca de novas oportunidades de trabalho e negócio. A estas deslocações acresce, por outro lado, o afluxo de ex-refugiados regressados no âmbito dos processos de repatriamento que tiveram lugar após o restabelecimento da paz, uma vez que uma boa parte dos regressados prefere instalar-se nas principais cidades ao invés de regressar às suas regiões de origem (sobretudo quando estas últimas consistem em áreas rurais ou cidades menos dinâmicas do ponto de vista económico), a fim de procurarem emprego e/ou levarem a cabo actividades comerciais formais ou informais (Melo, no prelo). Como seria de esperar, a conjugação do crescimento populacional endógeno destas cidades com o afluxo de migrantes internos e migrantes e ex-refugiados regressados de outros países exerce uma pressão

extremamente significativa sobre as estruturas urbanísticas e os serviços sociais disponíveis, nomeadamente nos domínios da saúde e da educação.

Não é demais sublinhar a importância de serem envidados esforços adicionais no sentido da obtenção de dados abrangentes e actualizados sobre as dinâmicas migratórias em Angola, dada a sua importância e escassez. Esta escassez de dados e análises não é, porém, uma característica exclusiva de Angola: na generalidade da região da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), a bibliografia existente sobre a migração é ainda muito limitada. Uma excepção recente consiste no trabalho sobre esta temática da autoria de Crush e tal (2007:7), no qual os autores sublinham os ‘títulos de propriedade inseguros, a congestão habitacional, a falta de água limpa e saneamento e os consequentes problemas de saúde’ como sendo alguns dos principais problemas associados à migração. Por outro lado, os mesmos autores referem também que ‘os governos nacionais e municipais estão sob uma pressão enorme para conter as implicações da urbanização rápida no que diz respeito ao fornecimento de serviços básicos, habitação, transportes, cuidados de saúde, educação e emprego...’ (Crush et al, 2007:7).

A Organização Internacional para as Migrações, no seu Conceito de

Operações para o Repatriamento Voluntário dos refugiados angolanos a partir dos países vizinhos (OIM, 2011), refere-se ao elevado número de angolanos que procuraram protecção internacional na região da SADC em consequência da guerra civil e da resultante crise humanitária. O mesmo documento refere também que, na sequência dos acordos de paz de 2002, 400.000 refugiados angolanos foram auxiliados a regressarem e a reintegrarem-se na vida socioeconómica de Angola. Este processo de repatriamento voluntário organizado, entre 2003 e 2007, foi concebido e implementado com a participação ou colaboração do Governo de Angola, dos Governos dos países de acolhimento dos refugiados (Zâmbia, República Democrática do Congo, República do Congo, Namíbia e Botswana), da OIM e do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

A experiência do processo de repatriamento voluntário organizado que decorreu entre 2003 e 2007 demonstra que os destinos iniciais dos migrantes regressados consistiram principalmente em cidades de dimensão razoável, como Luena, Luau, Menongue, Huambo, Mbanza Congo e Cabinda, a partir das quais alguns regressados se deslocaram posteriormente para os seus destinos finais, incluindo outras cidades e áreas semi-urbanas (IOM, 2005). Por outro

lado, a OIM-Angola tem também vindo a implementar programas nas províncias do Huambo, Kwanza Sul e Moxico, com o propósito de apoiar o regresso e (re)integração dos ex-refugiados e PDIs. Os relatórios de avaliação destes programas salientam os desafios enfrentados durante a sua implementação e sublinham o carácter dinâmico das necessidades sociais e económicas sentidas pelas populações regressadas.

Programas de (re)integração como estes assumem um melhor enquadramento de médio-longo prazo quando têm em conta os factores subjacentes às escolhas dos locais de instalação por parte dos migrantes regressados. Um dos estudos que incluiu esta variável demonstra o quão importante é para os regressados a possibilidade de levarem a cabo actividades que lhes permitam reconstituir a sua situação socioeconómica (DW, 2001). Outro estudo reitera a importância de criar um ambiente favorável para a realização de actividades socioeconómicas, não apenas para os civis regressados, mas também para os desmobilizados e antigos combatentes regressados (DW, 2007). Estes dois estudos constatarem que a escolha pelos migrantes dos seus destinos (correspondam eles às suas áreas de proveniência original ou a outras da sua preferência) depende, de uma forma geral, da maior ou menor

disponibilidade de um conjunto de aspectos e serviços sociais básicos. O acesso a um terreno disponível onde seja possível construir uma casa é um dos factores mais importantes. Outros estudos realizados em Angola reiteram também a necessidade de programas equilibrados e inclusivos de (re)integração socioeconómica de pessoas deslocadas internamente, desmobilizados e refugiados (Marques, 2003). Todos estes estudos sublinham a importância da adopção de estratégias integradas, que articulem as políticas públicas implementadas pelas instituições angolanas responsáveis pelas questões da migração, da (re) integração de regressados e do desenvolvimento humano.

O documento da OIM 'IOM Angola Voluntary Repatriation Operations Primer'<sup>10</sup> apresenta um modelo de convergência estratégica entre actividades de regresso e (re) integração. Se bem aplicado, pode constituir um modelo adequado para a adopção de uma estratégia de longo prazo de (re)integração socioeconómica dos migrantes, principalmente ex-refugiados regressados. Assim, os objectivos da

OIM de assegurar um repatriamento humano, planeado e digno para os refugiados angolanos e facilitar o processo de (re)integração dos migrantes regressados (IOM, 2011) pode alcançar um nível muito elevado de consecução na prática. Este objectivo pode já ser avaliado a partir das actividades de repatriamento e (re)integração levadas a cabo em 2011 – 2012 e abordadas no capítulo analítico deste estudo. A partilha deste modelo e das respectivas metodologias com o Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS), com outros ministérios do Governo de Angola e com os restantes actores envolvidos no processo de recepção e (re)integração dos ex-refugiados regressados será fundamental para capacitar adicionalmente as entidades decisoras e implementadoras no sentido de garantir a sustentabilidade destas boas práticas.

A análise dos processos de repatriamento e (re)integração ocorridos noutros contextos, como nos casos dos refugiados liberianos no Gana (Omata, 2011) ou do regresso e reintegração de refugiados iraquianos a partir da Dinamarca (Riiskjaer, 2008), pode proporcionar um conjunto de lições importantes e úteis para aperfeiçoar a programação das formas de intervenção. Concretamente, os dois estudos em apreço propõem que a assistência à

---

10 Intitulado '*IOM Angola Voluntary Repatriation Operations Primer*' (VROP) e publicado em 2005 em Luanda, a fim de salientar a experiência da OIM na gestão logística e facilitação do processo de repatriamento e reintegração dos regressados no período pós-conflito.

(re)integração seja concebida como uma intervenção de longo prazo, uma vez que o processo de repatriamento é uma transição gradual no contexto da qual os ex-refugiados regressados negoceiam um processo complexo de pertença ao país de origem e procuram reconstruir as suas vidas.

Por outro lado, o documento supracitado da OIM refere também a importância da criação e manutenção de uma base de dados relativa às actividades de repatriamento de refugiados e de (re)integração dos regressados a Angola. Uma exploração adequada deste recurso, especialmente se efectuada de forma conjunta com a análise dos dados provenientes de diversos outros estudos realizados nos últimos anos em torno das temáticas da mobilidade, habitação, urbanização, saúde pública, segurança alimentar e actividades socioeconómicas, poderá permitir a criação de uma base de dados nacional consolidada sobre as dinâmicas migratórias e as suas inter-relações com o desenvolvimento humano, constituindo potencialmente um recurso de grande importância tanto para os académicos como para os decisores políticos em Angola.

Do ponto de vista legal/jurídico, a República de Angola é signatária da Declaração das Nações Unidas sobre Direitos Económicos, Sociais, e Culturais. Esta Declaração assume especial relevância no contexto

do presente estudo na medida em que consagra os direitos à vida, à água limpa, à saúde, à educação e à habitação, entre outros. Estas garantias jurídicas aplicam-se à generalidade dos cidadãos angolanos, incluindo aqueles que viviam no exterior como refugiados e regressaram recentemente ao território nacional. Por sua vez, a Constituição da República de Angola (GdA, 2010) também se refere de forma explícita e categórica a garantias legais como o direito à livre iniciativa económica (Art. 38º), o direito a um ambiente limpo (Art. 39º), a liberdade de associação profissional e empresarial (Art. 49º) e a liberdade de acesso à cargos públicos (Art. 53º). Estes documentos jurídicos foram promulgados a fim de consagrar os deveres e direitos, tanto do Estado como dos cidadãos, que permitem prosseguir estes direitos, liberdades, garantias e objectivos sociais. Embora durante os períodos de conflito armado seja especialmente difícil garantir estes direitos, nomeadamente no que diz respeito à mobilidade tanto interna como transfronteiriça, a consagração destas garantias jurídicas nestes documentos demonstra a vontade e o esforço do Governo de Angola em (re)integrar as populações vítimas do conflito armado no contexto actual de uma Angola em paz.

Uma percentagem significativa dos angolanos obtém os seus

rendimentos a partir de actividades informais. Um estudo realizado pela DW em colaboração com a Washington University (2007) indica que mais de 50% dos angolanos trabalham no mercado informal, sendo idêntica a proporção dos que têm um rendimento entre 11.000-50.000 Kwanzas<sup>11</sup>. O mesmo estudo revela ainda que quase 60% dos respondentes que vivem em Luanda vieram de outras zonas do território angolano, durante ou após a guerra, em busca de melhores condições de vida. Esta percentagem inclui muitos que regressaram a Luanda depois de viverem alguns anos no exterior, frequentemente como refugiados. Este fenómeno demonstra a importância da relação entre a migração e o desenvolvimento económico no caso de Angola e reforça a ideia da relevância primordial do acesso à terra e ao alojamento. Por sua vez, isto reforça ainda mais as vantagens potenciais que poderão decorrer da consolidação de um sistema de gestão das migrações que permita maximizar os benefícios resultantes do nexo entre a migração e o desenvolvimento económico e humano. Tal como recomendado pelo documento do Observatório APC das Migrações (2010) sobre as migrações Sul-Sul e as principais necessidades de pesquisa em Angola, a (re)

integração socioeconómica tanto dos refugiados como dos regressados deve imperiosamente basear-se na busca de soluções duráveis<sup>12</sup>. Tais soluções serão também conducentes à criação das condições administrativas necessárias para facilitar a mobilidade transfronteiriça de uma forma harmoniosa e digna, nomeadamente tendo em conta as dificuldades específicas associadas à identidade dos descendentes de refugiados angolanos nascidos e criados no exterior (Crisp, 2000, 2003).

São muitos os estudos académicos que se têm debruçado sobre os problemas decorrentes das deslocações forçadas provocadas por conflitos em diferentes contextos, bem como sobre a temática mais específica do regresso e (re)integração dos refugiados. Diversos autores, tal como a generalidade das autoridades dos países de origem e acolhimento e das organizações internacionais, consideram que o repatriamento voluntário constitui a melhor solução (Fransen, 2012; Juergensen, 2000; Kaun, 2008; Loescher e Milner, 2005; Rogge e Akol, 1989; entre outros). Alguns estados de acolhimento de

---

12 O documento do ACNUR '*Soluções Duráveis para os Refugiados Angolanos*' (UNHCR, 2007) e o estudo da DW '*Promotion of Durable Solutions for Refugees in Angola: Local Integration*' (DW, 2010) tratam também estas questões de forma aprofundada e analisam em detalhe algumas destas soluções.

---

11 Aproximadamente 110 – 500 dólares dos EUA.

refugiados chegam ao ponto de oferecer incentivos socioeconómicos substanciais a fim de promoverem o repatriamento, como foi o caso da Dinamarca com os refugiados oriundos do Iraque (Riiskjaer, 2008). É particularmente relevante assinalar que as próprias Nações Unidas consideram o repatriamento como um dos objectivos a prosseguir no contexto da reconstrução dos estados nos períodos pós-conflito (Petrin, 2002). Uma vez que os refugiados são tipicamente vistos como um fardo que envolve custos elevados, a suportar tanto pelos países acolhedores de refugiados como pelo ACNUR, justifica-se o recurso ao repatriamento como solução duradoura para esta problemática. Porém, os processos de repatriamento e subsequente (re)integração dos regressados representam, de facto, desafios extremamente complexos. Tendo isso em conta, o primeiro aspecto que importa questionar é a própria ideia generalizada dos refugiados e/ou regressados enquanto fardo ou enquanto meras vítimas, uma vez que, em muitos casos, eles poderão e deverão ser considerados, pelo contrário, um importante contributo potencial do ponto de vista humano, social e económico (Dick, 2003).

Bakewell (2009) sugere, assim, que a solução para esta problemática não pode resumir-se ao mero processo de repatriamento. Pelo contrário,

qualquer solução duradoura tem de envolver uma vasta gama de factores, dependentes dos contextos espaciais e temporais específicos, e que dizem respeito aos períodos correspondentes à migração forçada, à vida na diáspora e ao período pós-conflito. Num outro trabalho prévio (Bakewell, 2000), o mesmo autor propõe que as decisões tomadas sobre a situação dos refugiados devem incluir as perspectivas dos sujeitos – neste caso, os próprios refugiados e/ou migrantes regressados. Ora, tal como indicado nos objectivos do presente relatório, este estudo visa contribuir para o desenvolvimento de um quadro programático robusto e consistente para estas matérias, o que implica ter em conta as percepções e prioridades dos próprios refugiados e/ou regressados na definição das estratégias que afectam o seu bem-estar.

Finalmente, importa assinalar que o fenómeno dos refugiados e regressados, no caso daqueles cujas origens ficam próximas das fronteiras, é por vezes encarado como uma forma de mobilidade em busca de uma vida melhor do outro lado da fronteira. Porém, importa assinalar que as pessoas de ambos os lados da fronteira partilham frequentemente uma herança sociocultural comum e que a sua interacção pode produzir benefícios socioeconómicos mútuos (Melo, no prelo). Reportando-nos ao contexto específico da Angola,

seria importante explorar em maior profundidade as consequências diferenciadas das migrações de regresso que têm como destino final as cidades ou aldeias fronteiriças,

por comparação com as que se dirigem para áreas mais centrais, nomeadamente Luanda.

### 3. Metodologia

Este capítulo, de carácter metodológico, procede à indicação da localização das áreas abrangidas pelo estudo e à descrição dos processos de recolha, tratamento e análise dos dados. A primeira secção incide sobre a localização geográfica das áreas estudadas, as características do grupo-alvo e a forma como a amostra foi seleccionada. A secção seguinte descreve a forma como foi levada a cabo a recolha e o tratamento dos dados, sendo também indicadas as ferramentas utilizadas na respectiva análise. Finalmente, a terceira secção consiste numa nota metodológica que visa assinalar as inevitáveis limitações da análise, decorrentes das características dos métodos adoptados e dos constrangimentos surgidos durante o processo de recolha de dados.

#### 3.1 Áreas estudadas, grupo-alvo e amostra

O estudo abrangeu as cidades de Luanda (província de Luanda), Huambo (província do Huambo) e Luena (província do Moxico) (Mapa 1). Em cada uma delas, foram entrevistados informantes-chave e administrados os questionários do inquérito qualitativo aos ex-refugiados regressados que constituíram o principal grupo-alvo da

investigação. Os informantes-chave incluíram entidades governamentais mandatadas para tratarem assuntos relativos às migrações, assistência e reinserção social, urbanização e saúde, bem como outros parceiros relevantes, incluindo Organizações Não Governamentais (ONGs), entidades singulares, instituições académicas e outras que lidam com questões de migração, (re)integração e desenvolvimento. Os mapas do anexo mostram as áreas estudadas em cada uma das três províncias, com as respectivas localizações indicadas a sombreado.

Na ausência de listagens completas do universo relevante, susceptíveis de constituírem um *'sample frame'* rigoroso, a selecção da amostra pôde apenas seguir um padrão *aproximativo* da amostragem aleatória – neste caso, com base na disponibilidade manifestada, aquando da realização dos inquéritos, por parte dos residentes em áreas em que se sabia previamente residir um número significativo de migrantes regressados (especialmente no caso do Moxico, onde o grupo-alvo foi facilmente alcançável e se mostrou extremamente disponível para participar no inquérito). Já no caso do Huambo, metade dos inquiridos foi seleccionada com base na metodologia de 'bola de neve'

(*snowball*). Por sua vez, a amostra de Luanda foi predominantemente determinada por via do método '*snowball*.' Nestas três regiões, a amostra utilizada no inquérito qualitativo englobou ex-refugiados regressados da República da Zâmbia, da República Democrática do Congo (RDC) e da República da Namíbia.

No âmbito do presente estudo, considerou-se também importante proceder à recolha de dados na província do Uíge, nomeadamente devido ao facto da fase de trabalho de terreno ter decorrido ao mesmo tempo que estava em curso nessa província uma fase do processo de repatriamento organizado de ex-refugiados regressados da RDC. Considerou-se por isso que a recolha de informação qualitativa e quantitativa junto desses migrantes, nomeadamente em relação às suas percepções, intenções e aspirações, constituiria uma mais-valia indiscutível. Por outro lado, permitiria também conhecer melhor estes aspectos qualitativos a partir de informação recolhida junto do grupo-alvo numa fase precoce do processo de repatriamento, obtendo assim informação relativa às tendências e condicionantes mais recentes de modo a constituir uma mais-valia para os decisores públicos no contexto da elaboração ou aperfeiçoamento do quadro programático relativo a esta matéria.

Porém, uma vez que as características deste grupo e as condições em que foi possível realizar as entrevistas não se revelaram compagináveis com a aplicação do questionário do inquérito semi-estruturado, optou-se, neste caso, pela realização de entrevistas abertas, que ainda assim proporcionaram informação qualitativa relevante sobre as matérias em apreço.

### **3.2 Recolha e tratamento dos dados**

Este estudo baseou-se na recolha, tratamento, análise e triangulação de dados tanto qualitativos como quantitativos. Ao nível das fontes secundárias, procedeu-se em primeiro lugar a uma revisão da bibliografia existente sobre temas como a problemática dos refugiados, os processos de regresso e (re)integração, a disponibilidade e acessibilidade de serviços sociais nas comunidades acolhedoras dos regressados, as principais tendências em termos de migração de regresso e os nexos existentes entre estes tipos de mobilidade e o desenvolvimento humano. Por outro lado, recorreu-se também a diversas fontes secundárias de tipo quantitativo, nomeadamente no que diz respeito às macro-estimativas existentes sobre os fluxos de migração forçada interna e externa e sobre os

fluxos de regresso e processos de repatriamento. No que diz respeito à recolha de dados primários, as duas estratégias principais utilizadas consistiram na realização de entrevistas semi-estruturadas (SSI) junto de informantes-chave, com base num guião previamente elaborado; e na realização de um inquérito semi-estruturado (SSQ) junto de uma amostra de 97 ex-refugiados regressados, com base num questionário semi-estruturado que incluiu tanto questões fechadas (com vista à análise quantitativa) como questões abertas (como base para a análise qualitativa). Os dados quantitativos assim recolhidos foram codificados e sujeitos a análise, enquanto que as informações qualitativas recolhidas no contexto

da aplicação do inquérito serviram essencialmente como complemento para a informação, também qualitativa, recolhida no âmbito das entrevistas semi-estruturadas junto dos informantes-chave. Finalmente, foi ainda organizado um grupo focal de discussão em Luanda, que serviu como estratégia suplementar de recolha de dados qualitativos. Este grupo focal foi organizado com o apoio de um pastor e outros elementos pertencentes a uma das Organizações da Sociedade Civil (OSC), neste caso religiosa, que promoveram o fórum da paz e reconciliação em Angola durante a guerra civil. Os participantes no grupo focal consistiram em estudantes universitários e profissionais de diferentes áreas.

**Mapa 1:** Mapa de Angola com indicação das três províncias onde foi levada a cabo a recolha de dados



A análise quantitativa dos dados do inquérito foi realizada com recurso ao Microsoft Excel. Os resultados dessa análise foram depois triangulados com os dados qualitativos primários recolhidos no âmbito do projecto de investigação, à luz das principais pistas e conclusões resultantes da análise documental e da revisão da bibliografia. Numa fase posterior, alguns dos dados quantitativos foram representados sob a forma cartográfica, recorrendo ao software ArcMap e utilizando para o efeito as cartas topográficas das áreas de estudo<sup>13</sup>. Foram objecto deste tipo de representação cartográfica variáveis como o sexo dos regressados inquiridos, a sua distribuição etária, o país de acolhimento enquanto refugiados ou a principal fonte de rendimento actual.

### **3.3 Ressalvas metodológicas e limitações da análise**

É imperativo assinalar que a equipa de investigação se deparou com alguns desafios de monta durante o processo da recolha de dados no âmbito deste estudo. Em primeiro lugar, diversos informantes-chave mostraram-se repetidamente indisponíveis para a realização de

entrevistas, nomeadamente devido à proximidade do processo eleitoral de 2012. Em segundo lugar, foi especialmente difícil contornar o problema da sub-representação das respondentes do sexo feminino na amostra do inquérito qualitativo, tal como ilustrado no gráfico 1 (em baixo). Isto deveu-se à dificuldade em recrutar, ou formar em tempo útil, inquiridoras locais suficientemente habilitadas e susceptíveis de contornarem as barreiras culturais de modo a acederem a possíveis respondentes do sexo feminino – uma vez que a prática corrente em muitas comunidades angolanas é que sejam os homens a responderem a quaisquer questões por parte de visitantes, incluindo no caso de inquéritos deste tipo. Este mesmo facto tornou-se também patente através do facto da maior proporção de recusas em participar no inquérito ter-se verificado entre os indivíduos do sexo feminino. Finalmente, tal como ilustrado no gráfico em baixo, esta sub-representação feminina foi especialmente significativa (na verdade, foi mesmo total) entre o sub-grupo correspondente aos migrantes regressados da República da Namíbia. Naturalmente, as eventuais distorções introduzidas por estes constrangimentos foram tidas em conta aquando da análise dos dados e da formulação das conclusões (nomeadamente no que diz respeito às limitações em termos de extrapolação).

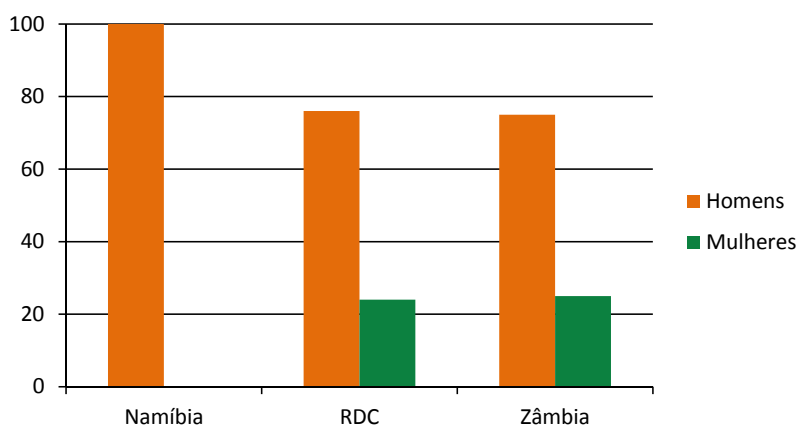
---

<sup>13</sup> Estas cartas topográficas correspondem à versão revista em 1987, a qual, infelizmente, é a mais recente versão existente que engloba as três regiões atingidas pelo estudo.

No cômputo geral, foram realizadas dez entrevistas semi-estruturadas junto de informantes-chave ligados a instituições governamentais, ONGs e outros actores relevantes; 97 entrevistas de inquérito, com recurso a um questionário semi-estruturado, junto de ex-refugiados regressados oriundos da Zâmbia, RDC e Namíbia, que residem actualmente nas províncias do Huambo, Luanda e Moxico; dez entrevistas abertas junto

de ex-refugiados regressados em Maquela do Zombo; e um grupo focal com estudantes e trabalhadores em Luanda. Os resultados obtidos através de cada uma destas estratégias de recolha de informação, depois de tratados e analisados, foram triangulados entre si e serviram de base à redacção do presente relatório.

**Gráfico 1: Sexo dos inquiridos por país de acolhimento (em %)**



Fonte: Dados do inquérito.



## **4. Discussão e análise dos resultados**

Este capítulo é composto por cinco secções. A primeira secção apresenta uma panorâmica geral dos principais fluxos migratórios de regresso com destino às três províncias angolanas englobadas no presente estudo. A segunda secção incide sobre as principais características dos migrantes regressados. A terceira secção identifica as principais necessidades ao nível do processo de (re)integração manifestadas pelos ex-refugiados regressados, sendo neste caso incluídas também as informações recolhidas junto do sub-grupo que se encontrava, há cerca de um mês, no campo de recepção de Maquela do Zombo (província do Uíge). Por sua vez, a quarta secção debruça-se sobre os nexos identificados entre estes fluxos migratórios e as dinâmicas de desenvolvimento humano. Por fim, a quinta e última secção realça o contributo potencial dos ex-refugiados regressados para o desenvolvimento socioeconómico de Angola. Os quadros, gráficos e mapas constantes deste capítulo foram produzidos com base nos dados recolhidos no âmbito do trabalho de campo desta pesquisa, tendo os mapas sido produzidos especificamente para este estudo pela unidade de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) da DW.

### **4.1 Principais tendências da migração de regresso a Angola**

Como seria de esperar, os fluxos de saída do território angolano durante as décadas do conflito que assolou o país foram bastante superiores aos fluxos de entrada. Porém, a situação inverteu-se após o restabelecimento da paz. No seu trabalho sobre as tendências da migração na Zâmbia e em Angola, Amassari (2005) refere especificamente que o final da guerra civil em 2002 teve como consequência o regresso voluntário de refugiados a Angola, a par de um acréscimo significativo do fluxo de migrantes laborais.

Esta secção apresenta uma panorâmica geral das principais tendências ao nível da migração de regresso entre os respondentes do inquérito, recorrendo para o efeito a diversas tabelas, gráficos e mapas. A tabela 1, em baixo, mostra a percentagem dos respondentes nas províncias do Huambo, Luanda e Moxico que regressaram da Namíbia, RDC e Zâmbia, respectivamente.

**Tabela 1: Países de acolhimento dos regressados (em %)**

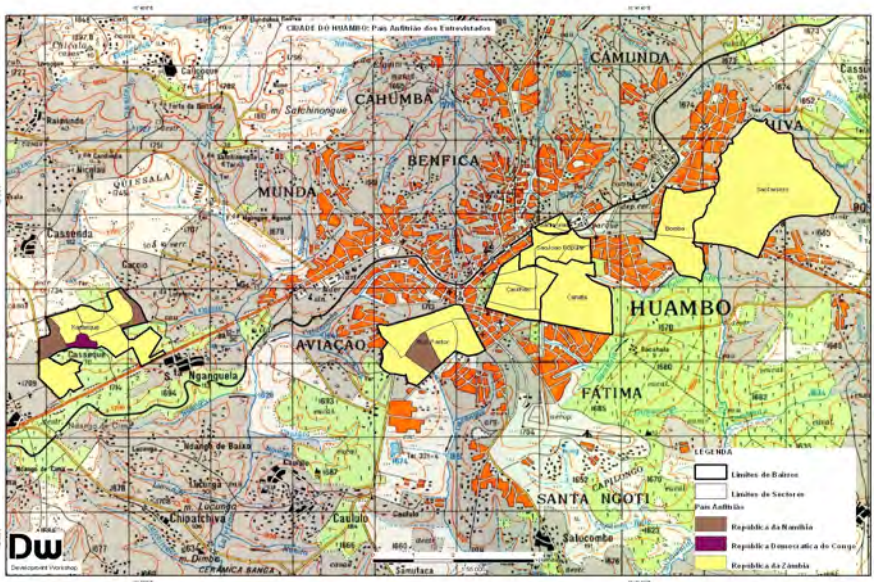
Província	País de acolhimento			
	Namíbia	RDC	Zâmbia	Total geral
Huambo	10,0	3,3	86,7	100,0
Luanda	6,1	60,6	33,3	100,0
Moxico	0,0	5,9	94,1	100,0
<b>Total geral</b>	<b>5,2</b>	<b>23,7</b>	<b>71,1</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados do inquérito.

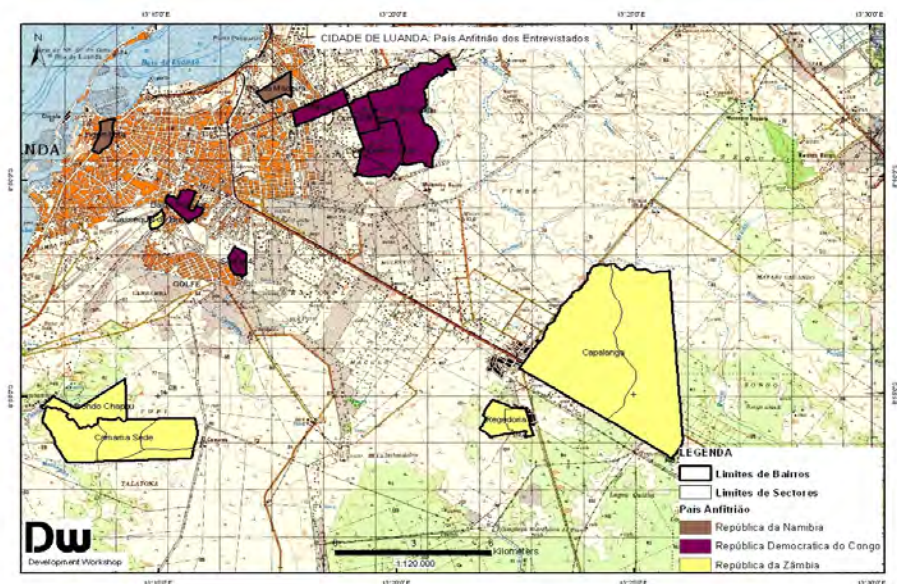
A tabela adjacente revela claramente que os migrantes inquiridos no Moxico e no Huambo caracterizam-se por uma forte sobre-representação de ex-refugiados regressados da Zâmbia, em detrimento da RDC e da Namíbia. Já entre os regressados inquiridos em Luanda, os países vizinhos a partir dos quais foi efectuada a migração de regresso apresentaram uma distribuição mais equilibrada, mas, também neste caso, os regressados da Namíbia que foram objecto de inclusão no inquérito foram em número bastante reduzido. Para além dos inevitáveis enviesamentos introduzidos pelo tipo de inquérito (não estratificado, sem possibilidade de recurso a um ‘*sample frame*’ e parcialmente assente no método de ‘*snowballing*’), esta desproporção deve-se também seguramente ao facto do número de angolanos que

procurou refúgio na Namíbia ter sido significativamente inferior ao dos que se deslocaram para os outros dois países vizinhos (RDC e Zâmbia). Aliás, isso mesmo é confirmado por diversas outras fontes, incluindo os dados da OIM relativos às diversas fases do processo de repatriamento, entre os quais os números dos ex-refugiados regressados da Namíbia são sempre menos significativos. Os mapas 2, 3 e 4 em baixo mostram os bairros onde foram realizados os inquéritos nas províncias do Huambo, Luanda, e Moxico, respectivamente. A cor com que se encontra representada cada uma das áreas de cada uma das cidades, nos mapas em baixo, reflecte o país de origem predominante entre os respondentes dessa mesma área: a amarelo, a Zâmbia; a roxo, a RDC; e a castanho, a Namíbia.

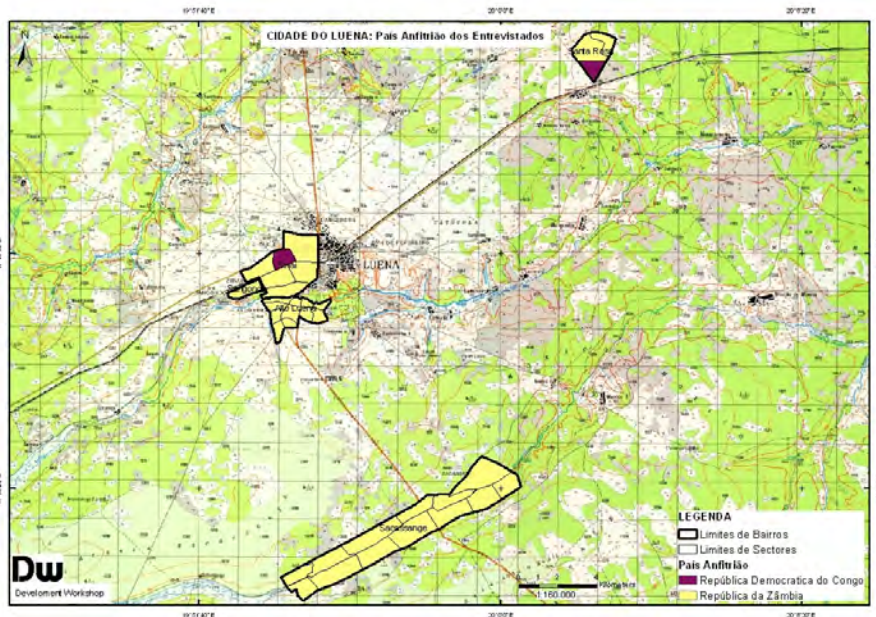
**Mapa 2: Países de proveniência predominantes dos ex-refugiados regressados inquiridos no Huambo**



**Mapa 3: Países de proveniência predominantes dos ex-refugiados regressados inquiridos em Luanda**



#### Mapa 4: Países de proveniência predominantes dos refugiados regressados inquiridos em Luena



Apesar do número relativamente limitado de inquiridos obrigar a especiais cautelas na interpretação dos resultados, é especialmente interessante assinalar que os países anfitriões geograficamente mais próximos de cada uma das províncias se encontram sobre-representados entre os respondentes inquiridos nessas mesmas provinciais: a percentagem de migrantes que regressaram da Zâmbia é mais elevada no Moxico do que no Huambo e em Luanda; a percentagem de regressados oriundos da RDC é mais elevada em Luanda que no Huambo

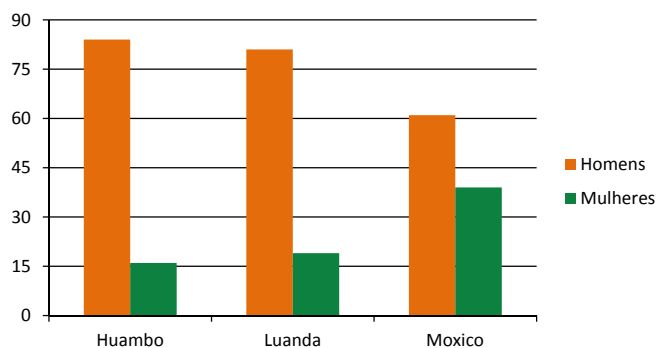
ou no Moxico; e a percentagem mais elevada de migrantes regressados a partir da Namíbia foi registada no Huambo. Estas tendências gerais corroboram a ideia que os regressados têm tendencialmente como destino áreas mais próximas dos países de onde regressam – seja porque são oriundos dessas mesmas áreas e procuraram originalmente refúgio nos países vizinhos mais próximos, seja porque, aquando do regresso, optaram por destinos mais próximos (mesmo que diferentes das suas regiões originais em Angola).

## 4.2 Características dos ex-refugiados regressados

Os quatro gráficos em baixo (2-6) representam algumas das principais características básicas dos ex-refugiados regressados inquiridos. A sobre-representação dos inquiridos do sexo masculino, já referida num ponto anterior deste relatório, verificou-se com especial intensidade nos casos do Huambo e Luanda (Gráfico 2). Por sua vez, tal como

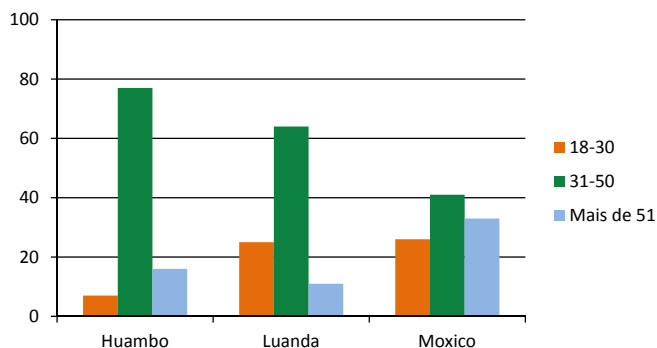
ilustrado no gráfico 3, os sub-grupos da amostra inquiridos no Huambo e em Luanda caracterizaram-se por uma especial sobre-representação da faixa etária [31 – 50], enquanto que a distribuição dos inquiridos no Moxico se aproximou mais de uma distribuição normal, centrada no grupo [31 – 50] mas com proporções também significativas das faixas etárias [18 – 30] e [>51].

**Gráfico 2: Sexo dos inquiridos por província (em %)**



Fonte: Dados do inquérito.

**Gráfico 3: Faixa etária por província (em %)**



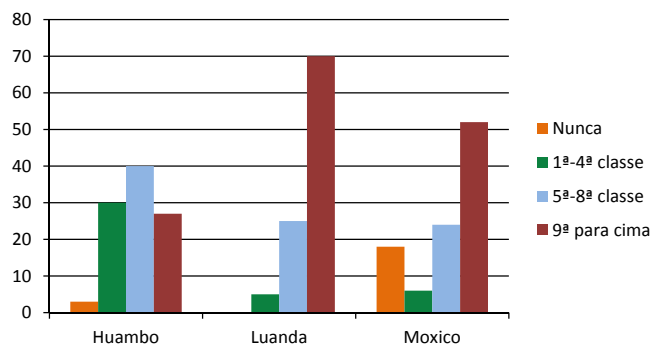
Fonte: Dados do inquérito.

No que diz respeito ao nível de escolaridade dos chefes de família, o gráfico 4 sugere que estes tendem a ser mais elevados entre os ex-refugiados regressados inquiridos em Luanda e no Moxico, sendo nestas duas cidades que se registam as percentagens mais elevadas de chefes de família com a nona classe ou um nível de escolaridade superior. No caso da sub-amostra do Huambo, o nível médio de escolaridade é claramente inferior. Porém, é no Moxico que encontramos a mais elevada percentagem de chefes de família que não frequentaram qualquer nível de escolaridade.

Por sua vez, o gráfico 5 mostra-nos, para cada um dos tipos de competências adquiridas aquando da permanência no exterior do país, quais as que se encontram mais associadas aos homens e às mulheres, respectivamente. A este respeito, convém assinalar que os respondentes responderam à questão relativa às competências adquiridas de forma aberta, tendo estas respostas sido posteriormente recodificadas de modo a criar as sete categorias representadas no gráfico. Assim, a categoria

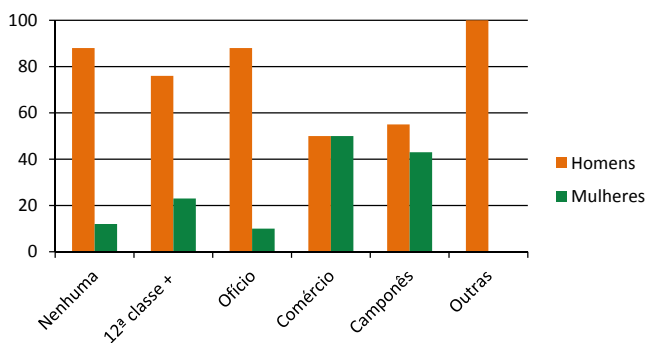
‘Nenhuma’ inclui tanto a recusa em responder como a indicação de que nenhuma competência foi adquirida no exterior. Por sua vez, a categoria ‘12ª classe+’ corresponde à aquisição de competências formais correspondentes a um nível de escolaridade superior ao ensino médio e/ou associado ao exercício de uma profissão que tenha como requisito de ingresso o ensino médio concluído. A categoria ‘ofício’ corresponde à aquisição de competências para cujo ingresso não era exigida a conclusão do ensino médio. Finalmente, alguns inquiridos referiram a aquisição informal de competências nos domínios do comércio ou da actividade agrícola – esses casos correspondem às categorias ‘comércio’ e ‘camponês’, respectivamente. De uma forma geral, o gráfico revela que as competências de tipo formal estão maioritariamente associadas a respondentes do sexo masculino, sendo apenas ao nível das competências informais associadas ao comércio e agricultura que a distribuição entre os respondentes dos dois sexos é mais equilibrada.

**Gráfico 4: Nível académico do chefe da família (em %)**



Fonte: Dados do inquérito.

**Gráfico 5: Competências adquiridas segundo o sexo (em %)**



Fonte: Dados do inquérito.

Muitos dos respondentes afirmaram desenvolver, ou ter desenvolvido, esforços significativos a fim de terem acesso a fontes de rendimentos minimamente adequadas. Por exemplo, um jovem do sexo masculino, que regressou da RDC em 2008 e que teve como destino inicial o município de Maquela do Zombo, afirmou que decidiu prosseguir em direcção a Luanda uma vez que seria mais fácil utilizar produtivamente

as suas competências, *‘trabalhando para uma empresa que me permitisse pôr todo o meu potencial em prática, tanto mais que tenho três ofícios – carpintaria, bate-chapa e técnico de frio’*. Uma outra inquirida do sexo feminino, com uma trajetória de regresso idêntica à do exemplo anterior, afirmou ter como principal aspiração a nível socioprofissional *‘ter acesso a um crédito que permita expandir o meu negócio’*.

O caso de uma jovem, C., com 24 anos de idade, que regressou da Namíbia para Angola a fim de se juntar aos pais (que haviam efectuado o mesmo movimento de regresso alguns anos antes) é, por sua vez, exemplificativo dos casos em que os ex-refugiados regressados são detentores de qualificações relativamente elevadas e um grau de pro-actividade muito significativo, ao contrário da imagem estereotipada que normalmente se projecta das populações sujeitas a deslocações forçadas:

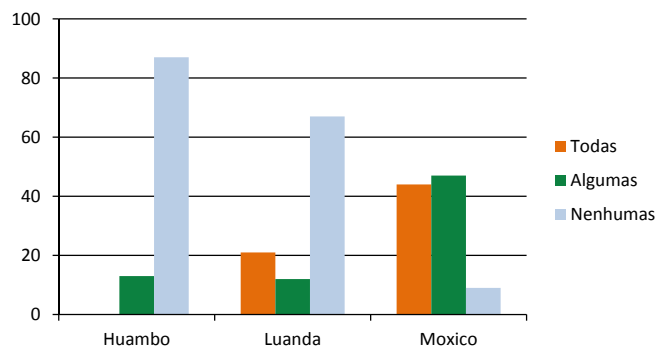
‘Enquanto estava na Namíbia, gostaria de ter estudado um pouco mais. Porém, a falta de recursos financeiros obrigou-me a voltar para casa após terminar a décima segunda classe, tanto mais que os meus pais na altura já haviam regressado a Angola. Já que estou bem instalada no meu emprego, quero agora poupar dinheiro suficiente para voltar a estudar e obter uma licenciatura. Farei isso aqui (em Angola) para que possa praticar o meu Português a alto nível académico’.

#### **4.3 As necessidades de (re) integração dos ex-refugiados regressados**

Na secção anterior, ao referirmos os interesses e aspirações dos ex-refugiados regressados, abordámos algumas das necessidades identificadas

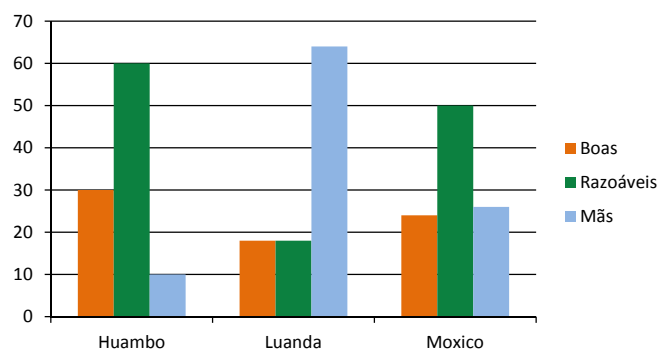
ou manifestadas pelos respondentes no que se refere ao processo de (re)integração ao nível individual. Nesta secção, discutimos essas necessidades a nível social e/ou comunitário. Para esse efeito, assumem especial importância as respostas dos inquiridos às questões relativas à acessibilidade e condições de um conjunto de serviços sociais básicos na área onde residem. A lista incluiu serviços ou estruturas como os centros de saúde, escolas, recolha de lixo, o acesso ao abastecimento de água ou o estado em que se encontram as ruas do bairro em questão. Sempre que todos estes aspectos ou serviços foram indicados como sendo acessíveis no bairro, as respostas foram codificadas como ‘todas’ (gráfico 6, em baixo). Nos casos em que apenas alguns dos serviços foram indicados como estando disponíveis no bairro, as respostas foram codificadas como ‘algumas’. Finalmente, a categoria ‘nenhumas’ corresponde aos casos em que os respondentes afirmaram não ter acesso no bairro a nenhum dos serviços sociais referidos. Seguidamente, a questão subsequente procurou indagar acerca da percepção subjectiva, por parte dos respondentes, em relação às condições em que se encontram os serviços sociais existentes (‘boas’, ‘razoáveis’ ou ‘más’: gráfico 7).

**Gráfico 6: Acessibilidade dos serviços sociais (em %)**



Fonte: Dados do inquérito.

**Gráfico 7: Condições dos serviços sociais (em %)**



Fonte: Dados do inquérito.

O gráfico 6 em cima mostra que uma percentagem significativa dos respondentes no Huambo e em Luanda referiram a total ausência de serviços sociais básicos nos seus bairros. No Moxico, um pouco mais de 40% afirmaram que todos os serviços incluídos na lista se encontram acessíveis no bairro, enquanto que outros 43% referiram ter acesso a alguns. Por sua vez, o gráfico 7 indica

as percepções dos respondentes relativamente às condições em se encontram os serviços sociais existentes – em termos gerais, uma vez que não foram colocadas questões de forma individualizada em relação a cada um dos serviços em questão. A situação dos inquiridos do Huambo e Luanda retratada no gráfico 6 pode atribuir-se ao facto da maioria dos regressados nesta duas províncias

viver em áreas de construção recente, nas quais ainda não foram instalados ou criados serviços sociais (tal como ilustrado pelos mapas no anexo). Pode-se também concluir que os ex-refugiados regressados residentes em Luanda revelam uma maior insatisfação relativamente à qualidade dos serviços sociais disponíveis. No caso do Moxico, pelo contrário, a maioria revela-se satisfeita com a disponibilidade e acessibilidade dos serviços existentes.

Relativamente ao problema específico do enquadramento socioprofissional e laboral dos ex-refugiados regressados, um dos inquiridos declarou que *'devia haver maior apoio da parte do governo de Angola para pôr em bom uso as habilidades e qualidades dos ex-emigrantes por via da criação de incentivos que possam atrair todos os que têm habilitações do ensino secundário e terciário.'* Esta afirmação convida todos os actores intervenientes no processo de (re)integração a reflectirem sobre a valorização dos ex-refugiados regressados que possuam competências ou habilitações escolares mais elevadas. A implementação de medidas consistentes e adequadas a esse nível poderá constituir um estímulo importante no sentido de incentivar o regresso de outros (ex-)refugiados angolanos com competências relevantes para o processo de

desenvolvimento socioeconómico de Angola.

Referindo-se à forma como o processo de (re)integração pode e deve ser adaptado em função das características e necessidades dos regressados, outro inquirido salientou a importância da fase de preparação que antecede o regresso:

*'Seria muito bom se o governo da Angola melhorasse a forma como é feito o acompanhamento dos angolanos na diáspora, principalmente os mais habilitados. Poderiam fazer avaliações através das embaixadas e criar políticas que ajudassem a integrar os regressados, principalmente os que têm ensino terciário e/ou formação profissional em termos de emprego e outras coisas.'*

Ainda relativamente aos serviços sociais e programas de reintegração à disposição dos ex-refugiados regressados, não será descabido formular a recomendação que esses programas deveriam talvez contemplar uma proporção mais alargada da população angolana. É certo que, tendo em conta a prolongada duração da guerra civil, muitas das famílias angolanas têm pelo menos um membro que cabe numa ou mais das seguintes categorias: regressado do exterior; regressado após uma deslocação interna; e/ou desmobilizado/antigo combatente. Se a totalidade do

universo correspondente a cada uma destas categorias e suas famílias for abrangida pelos programas de (re) integração, conforme assinalado por Human Rights Watch (2005) e Marques (2003), estaremos a falar de uma população-alvo que poderá incluir mais de 15 milhões de angolanos, o que naturalmente é um número demasiado elevado para que a cobertura universal e plenamente adequada possa ser imediatamente assegurada pela administração pública.

Todavia, é possível aumentar a eficácia do processo através da identificação e prossecução de certas prioridades. De uma forma geral, é certo que a criação e disponibilização de serviços e programas deve ser feita em condições de equidade, tal como assinalado por um responsável da administração pública angolana entrevistado no âmbito deste projecto: *‘estamos a lutar para melhorar a disponibilidade e acesso de serviços sociais não apenas para os regressados, mas para toda a população. Quando erguemos um novo serviço público ou reabilitamos um antigo, numa determinada área, o benefício é para todos, regressado ou não.’* Outro representante da administração pública acrescentou, *‘é claro que quando se planificam tais serviços, não se distingue entre regressados e não regressados. Uma vez disponíveis, todos beneficiam’.*

Porém, o afluxo de ex-refugiados regressados faz por vezes surgir necessidades específicas que, se adequadamente atendidas, podem maximizar as vantagens e minimizar os custos deste fenómeno. Além das questões do aproveitamento potencial das competências dos regressados e das necessidades específicas colocadas pela instalação em zonas de construção recente, nas quais há uma quase total ausência de infraestruturas, importa ainda mencionar as questões relacionadas com a discriminação e/ou estigma, as quais podem ter um impacto muito significativo sobre a forma como decorre o processo de (re)integração. Embora a maioria dos inquiridos não tenha afirmado ter sido vítima de discriminação, aqueles que referiram incidentes desse tipo indicam o facto de terem regressado do exterior e/ou a forma diferente de se expressarem em português como os principais factores causadores da discriminação sentida.

As entrevistas abertas realizadas entre os regressados da RDC no centro de recepção de Maquela do Zombo permitiram constatar que muitos destes regressados são descendentes de segunda ou terceira geração de pessoas que saíram do país na década de 1960. Embora os contextos culturais sejam bastante semelhantes dos dois lados desta fronteira (Kaun, 2008), diferenças

mínimas, como por exemplo ao nível do sotaque, podem por vezes ser suficientes para causarem um choque cultural significativo (Crisp, 2000 e 2003) – e isso pode frustrar os esforços no sentido de uma mais fácil (re)integração a nível social, cultural e económico. Efectivamente, muitos dos migrantes entrevistados em Maquela do Zombo mostraram-se apreensivos em relação a esta situação.

Por outro lado, o facto de muitos dos entrevistados em Maquela do Zombo pretenderem deslocar-se para outros pontos do país, nomeadamente para Luanda (*‘onde posso melhor ganhar a minha vida,’* como muitos dizem) convida-nos a ter em atenção os planos e estratégias dos migrantes regressados, de modo a antecipar, tanto quanto possível, as respostas por parte das políticas públicas. Outro factor que poderia e deveria ser objecto de atenção mais sistemática diz respeito às condições com que se deparam os regressados nos seus ‘destinos finais’ e o tipo de consequências que isso pode provocar. Durante o grupo focal de discussão que se realizou em Luanda, por exemplo, um dos participantes afirmou o seguinte:

‘Acabo de chegar da minha aldeia em Mbanza Congo onde fui fazer uma visita e encontrei muitas pessoas a chorarem, lamentando que encontraram os seus antigos

terrenos ocupados por outros. Dizem-lhes ‘sois estrangeiros. Nós ocupámos este terreno há muitos anos e ele pertence-nos.’ Tenho medo que estas situações possam desestabilizar a paz para a qual tanto trabalhámos e obrigar as pessoas a regressarem ao conflito e à violência’.

Estas situações constituem exemplos de dinâmicas problemáticas que podem facilmente frustrar os esforços oficiais no sentido da promoção da (re)integração se não forem devidamente tomadas em conta aquando da deslocação dos migrantes regressados para os seus ‘destinos finais’ – os quais, para muitos dos inquiridos, são os locais de origem dos seus pais.

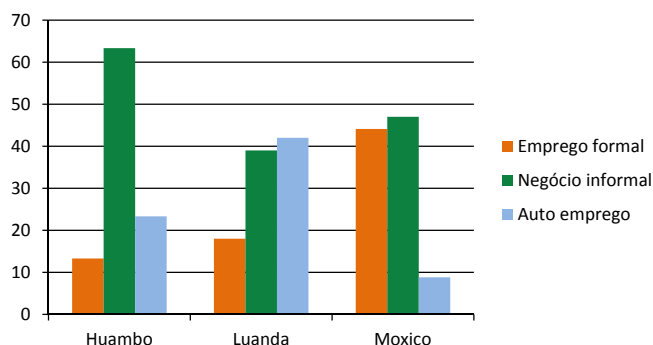
#### **4.4 O nexa migração de regresso-desenvolvimento humano em Angola**

O gráfico 8 representa as principais fontes de rendimento dos respondentes residentes em cada um dos territórios onde decorreu o estudo, tal como indicadas no contexto do inquérito. Foram consideradas três categorias: ‘emprego formal’ (por conta de outrem), ‘auto-emprego’ (por conta própria, nomeadamente mediante alvará ministerial) e ‘negócio informal’. É imediatamente possível verificar que o peso dos ‘negócios informais’ é muito significativo em qualquer um dos três

contextos – especialmente no caso do Huambo. No caso de Luanda, porém, o ‘auto-emprego’ é a categoria mais numerosa, enquanto que no Moxico o ‘emprego formal’ representa uma proporção quase tão elevada como os ‘negócios informais’. Tendo em conta a escassez do emprego formal na economia angolana, uma eventual estratégia promissora para

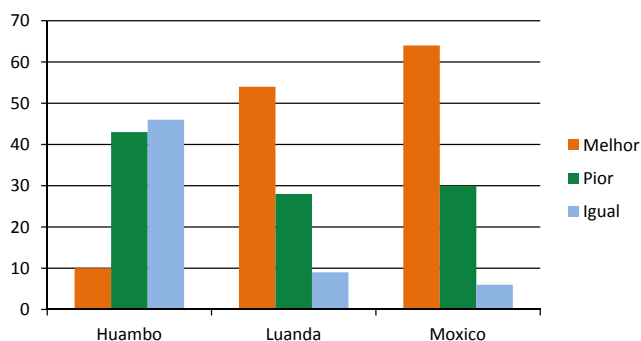
aumentar a produtividade e reduzir o desemprego e sub-emprego pode passar pelo apoio à transição dos ‘negócios informais’ para o ‘auto-emprego’, através do devido enquadramento – não só a nível legal como sobretudo através de eventuais acções de formação e outros tipos de apoios.

**Gráfico 8: Principais fontes de rendimento (em %)**



Fonte: Dados do inquérito.

**Gráfico 9: Comparação socioeconómica (em %)**

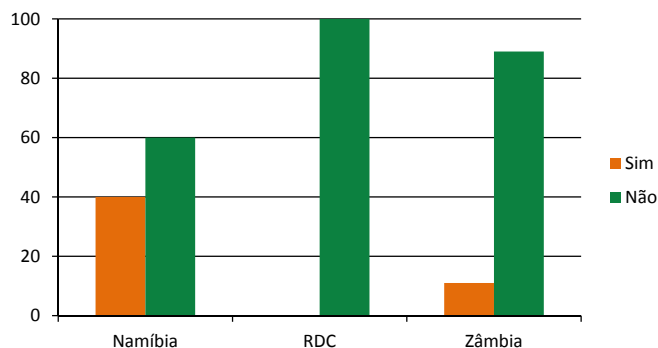


Fonte: Dados do inquérito.

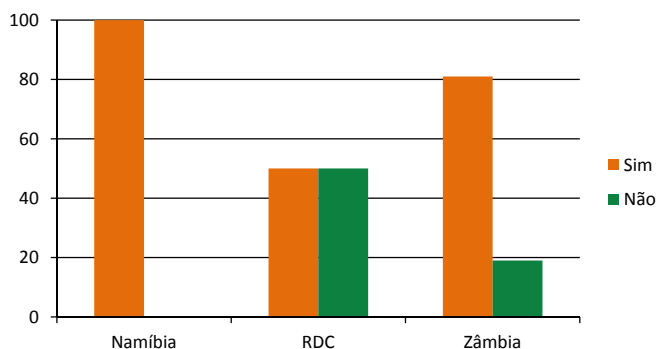
Por sua vez, o gráfico 9 representa a distribuição das respostas relativamente à avaliação subjectiva por parte dos respondentes da comparação entre a sua situação socioeconómica actual e aquela em que se encontravam antes de regressarem do exterior. Verificamos facilmente que a maioria dos inquiridos em Luanda e no Moxico considera encontrar-se actualmente 'melhor' do que estava antes de regressar. Porém, a proporção dos que consideram encontrar-se actualmente numa situação 'pior' do que antes do regresso é bastante elevada e preocupante—especialmente no caso do Huambo, onde excede largamente a proporção dos que dizem estar 'melhor'. Em termos agregados, é interessante e relevante assinalar que esta percepção subjectiva é mais negativa entre os homens do que entre as mulheres (ver proporções relativas no gráfico 13). Em todo o caso, este padrão de respostas reforça a importância de conceber e reforçar políticas e programas de (re) integração que permitam enquadrar de forma mais eficaz e harmoniosa os regressados nas comunidades anfitriãs e na sociedade angolana de uma forma geral.

A fim de ilustrar em maior detalhe as condições socioeconómicas em que se encontram os ex-refugiados

regressados que foram abrangidos pelo inquérito, foram também colocadas questões relativamente à posse de um conjunto de bens duradouros, como indicador indirecto do nível de rendimento/privação material (gráficos 10 e 11). Em relação a dois destes bens que são especialmente úteis para distinguir entre diferentes níveis de privação/afluência material (motorizada e rádio), verificamos que, entre a amostra como um todo, a posse de uma motorizada no agregado familiar é muito minoritária, registando uma frequência relativa considerável (40%) apenas entre os respondentes regressados da Namíbia (entre os regressados da RDC e Zâmbia, a percentagem é nula ou insignificante). Relativamente à posse de um aparelho de rádio no seio do agregado (e tendo presente que se trata de um bem muito mais barato, que discrimina essencialmente os agregados muito pobres dos menos pobres), verificamos, em consonância com as respostas à questão anterior, que os agregados familiares compostos por ex-refugiados regressados da RDC são os que parecem encontrar-se em situação socioeconómica mais precária, por contraste com os regressados da Namíbia, que, em termos relativos e pelo menos no seio desta amostra, exibem uma situação relativamente mais favorável.

**Gráfico 10: Posse de uma motorizada (em %)**

Fonte: Dados do inquérito.

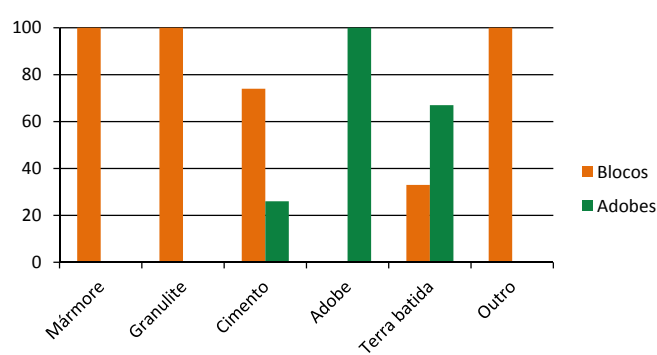
**Gráfico 11: Posse de um rádio (em %)**

Fonte: Dados do inquérito.

No que diz respeito às condições da habitação – outro factor de grande importância em si mesmo, para além de constituir um indicador robusto de oportunidades e privações a outros níveis –, verificamos que 62% dos respondentes residem em casas feitas de blocos, enquanto que 38% vivem em casas de adobe. A relação

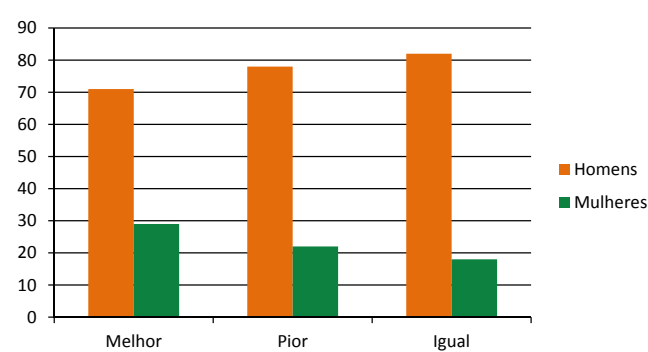
entre o material de construção utilizado no pavimento e nas paredes é clara (gráfico 12): de uma forma geral, a utilização de materiais mais dispendiosos e de maior qualidade no pavimento está associada a materiais do mesmo tipo na edificação das paredes.

**Gráfico 12: Condições habitacionais (em %)**



Fonte: Dados do inquérito.

**Gráfico 13: Sexo vs. comparação socioeconómica (em %)**



Fonte: Dados do inquérito.

Um outro aspecto relevante no que diz respeito aos programas de (re) integração diz respeito às iniciativas de sensibilização relativamente aos riscos associados às minas – especialmente tendo em conta a longa duração da guerra civil e o recurso muito frequente a este tipo de arma/explosivo. Numa entrevista com o responsável pela consciencialização comunitária sobre

o risco de minas da Dan Church Aid (DCA, uma ONG de desminagem de origem dinamarquesa que opera no Moxico), o entrevistado explicou a relação existente entre o trabalho desta organização e a migração de regresso, assinalando a forma como estas iniciativas desempenham um papel importante na (re)integração dos regressados, especialmente no caso das áreas rurais ou semi-rurais:

O envolvimento da DCA iniciou-se nos centros de recepção, principalmente o de Sacassanje. Nesta altura e no que diz respeito à migração de regresso, nós interviámos ao nível da consciencialização sobre os riscos associados às minas. Uma das principais razões para o envolvimento da DCA é a falta de conhecimento sobre a segurança e protecção civil no país, dado o facto de que durante as décadas do conflito armado, o país, principalmente na província do Moxico, foi altamente minado. Além das actividades de consciencialização, apoiamos o processo de regresso limpando as áreas infestadas com minas de modo a facilitar a (re)integração dos regressados da Zâmbia e da República Democrática do Congo. Este processo é uma espécie de exercício de 'libertação da terra'.

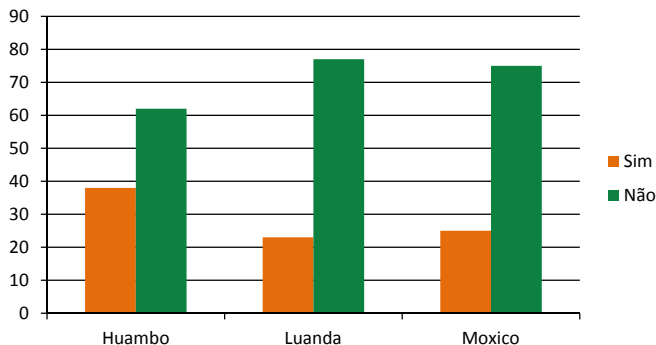
#### 4.5 O potencial dos migrantes regressados no contexto do processo de desenvolvimento em Angola

Esta secção começa por analisar as informações e percepções transmitidas pelos respondentes relativamente aos diversos apoios e formas de assistência de que beneficiaram no contexto do seu processo de regresso e (re)integração, debruçando-se em seguida sobre a forma como os regressados inquiridos consideram que as suas competências e qualificações têm sido, ou não, adequadamente aproveitadas. Estes dois eixos de análise servem posteriormente de base a uma discussão mais ampla acerca das relações existentes entre as potencialidades dos ex-refugiados regressados e o processo de desenvolvimento nacional.

**Tabela 2: Principal fonte de assistência para a (re)integração dos regressados segundo os próprios (em %)**

<b>Faixa etária</b>	<b>Familiares (em %)</b>	<b>MINARS (em %)</b>	<b>Amigos (em %)</b>	<b>Próprio (em %)</b>	<b>Total geral (em %)</b>
18 - 29 anos	31,6	47,4	5,3	15,8	100,0
30 - 50 anos	27,6	51,7	6,9	13,8	100,0
Mais de 50 anos	20,0	50,0	5,0	25,0	100,0
<b>Total geral</b>	<b>26,8</b>	<b>50,5</b>	<b>6,2</b>	<b>16,5</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados do inquérito.

**Gráfico 14: Competências bem aproveitadas**

Fonte: Dados do inquérito.

Embora a vasta maioria dos respondentes tenha naturalmente beneficiado de mais do que um tipo de apoio, a *principal* fonte de assistência destacada pelos respondentes (tabela 2) foi o MINARS (designação genérica que, neste caso, designa todo o tipo de apoio prestado por entidades governamentais ou internacionais). O apoio prestado pelos familiares desempenhou um papel relativamente menos importante no caso dos respondentes pertencentes a faixas etárias mais avançadas, o que, não sendo surpreendente, não deixa de sinalizar a existência de necessidades específicas decorrentes da menor capacidade de recurso a redes familiares (tal como revelado pela percentagem mais elevada, entre os respondentes mais velhos, que afirma contar ou ter contado principalmente com o seu próprio esforço).

Os resultados representados na tabela 2 retratam a actuação das entidades oficiais – e governamentais, em particular – a uma luz muito positiva. Porém, devem ser lidos a par dos dados representados no gráfico 9 (página 30) e 13 (em cima), que revelam que são ainda muito significativas as carências, dificuldades e desafios com que se confrontam os ex-refugiados regressados. Em especial, a elevada percentagem dos respondentes que considera que as suas competências e qualificações não são adequadamente aproveitadas (gráfico 14) deve constituir um incentivo a que as entidades competentes prossigam e aperfeiçoem o trabalho que têm vindo a desenvolver, nomeadamente no sentido de mapearem melhor as competências e potencialidades dos regressados a fim de maximizarem o aproveitamento do seu impacto potencial – em benefício tanto

dos próprios como do processo de desenvolvimento nacional de uma forma mais geral. Naturalmente, trata-se de um processo complexo e exigente, que apenas pode ser implementado gradualmente, à medida dos recursos disponíveis e de uma forma equitativa relativamente às necessidades da população em geral. Porém, se adequadamente prosseguida, uma estratégia deste tipo pode contribuir de forma decisiva para elevar os níveis de desenvolvimento humano do país e

optimizar a relação entre a migração e o desenvolvimento. O aprofundamento do conhecimento sobre estas questões e o aperfeiçoamento do quadro programático relativo a estas matérias podem concliar-se de forma virtuosa no sentido de maximizar as vantagens e minimizar os custos da mobilidade humana, o que, por sua vez, pode contribuir para potenciar ainda mais o processo de desenvolvimento, tanto económico como humano, de Angola.



## 5. Conclusões e recomendações

### 5.1 Conclusões

A análise dos dados recolhidos no contexto do presente estudo, à luz da bibliografia tanto geral como específica previamente existente, conduziu às seguintes conclusões principais:

- a) Os destinos iniciais da vasta maioria dos regressados consistem nas províncias que ficam mais próximas das fronteiras com os países onde antes viviam com o estatuto de refugiado.
- b) Uma percentagem considerável dos ex-refugiados regressados desloca-se posteriormente, a partir das áreas que indicaram como 'destino final', para outras áreas ou províncias (tipicamente, para cidades caracterizadas pela existência de oportunidades económicas mais favoráveis), com a esperança de assim melhorarem as suas condições de vida.
- c) De uma forma geral, os ex-refugiados regressados reconhecem e valorizam o papel fundamental desempenhado pelas instituições governamentais e/ou internacionais (conforme os casos) nos seus processos de regresso, recepção e (re) integração – assistência essa que é complementada, de forma também muito importante, pelo apoio prestado pelas redes familiares, de amizade e comunitárias.
- d) O acesso à terra e/ou ao alojamento é uma necessidade absolutamente central e decisiva para os ex-refugiados regressados, mas a satisfação desta necessidade básica não parece ser plenamente assegurada pelas autoridades locais sobre as quais recai essa responsabilidade, verificando-se também carências muito significativas ao nível do acesso local a infraestruturas e serviços básicos.
- e) Alguns ex-refugiados regressados, especialmente quando se trata de descendentes de segunda ou terceira geração dos (ex-)refugiados originais, têm-se deparado com problemas, em termos de choque cultural, nas suas tentativa de (re) integração nas comunidades de acolhimento em Angola.
- f) Muitos ex-refugiados regressados possuem competências e qualificações relevantes que constituem um potencial muito importante, as quais poderiam ser mobilizadas de forma muito mais eficaz – no sentido da redução do desemprego e aumento do rendimento dos próprios, mas também no sentido do contributo para o desenvolvimento socioeconómico e humano de Angola como um todo.

## 5.2 Recomendações

Por sua vez, a partir das conclusões enunciadas no ponto anterior e com base numa reflexão mais geral em torno destas matérias, as principais recomendações vão no seguinte sentido:

- a) Recomenda-se que as diversas instituições relevantes do Governo de Angola e da administração local envidem esforços adicionais no sentido de assegurar o acesso à terra (e/ou ao alojamento) por parte dos ex-refugiados regressados e seus familiares, a fim de permitir a construção de habitações e a realização de actividades socioeconómicas, nomeadamente no âmbito das actividades agrícolas.
- b) Os programas e projectos no âmbito da (re)integração devem adoptar uma lógica de equidade face aos programas que se destinam à população em geral – evitando favorecer indevidamente os ex-refugiados regressados, mas tendo em atenção que estes se caracterizam por necessidades, preocupações e potencialidades específicas que requerem medidas também específicas.
- c) De uma forma geral, todas as instituições estatais e não estatais que participam directa ou indirectamente nos processos de regresso e (re)integração de

ex-refugiados regressados a Angola devem instituir e/ou reforçar campanhas de sensibilização, destinadas à população em geral, que assegurem que os ex-refugiados regressados sejam crescentemente encarados como uma importante fonte de contributos potenciais para o desenvolvimento nacional e não como um fardo socioeconómico.

- d) Recomenda-se também que sejam aprofundadas as iniciativas no sentido de recolha, análise e partilha de informação qualitativa e quantitativa sobre os fluxos migratórios, os perfis dos migrantes e o nexos migrações-desenvolvimento, de modo a que as iniciativas de (re)integração, a nível tanto estratégico como operacional, assentem numa base de conhecimentos mais sólida e abrangente e permitam maximizar os benefícios e minimizar os custos da mobilidade humana.
- e) No contexto da entrada em vigor da ‘cláusula de cessação’ do estatuto dos refugiados angolanos, recomenda-se que o Governo de Angola considere o estabelecimento de negociações com os restantes países da África Austral que acolheram refugiados angolanos, no sentido de que a integração local nesses mesmos países de acolhimento, incluindo a concessão da respectiva

cidadania, seja tida em conta como alternativa nos casos em que essa possa ser a solução mais vantajosa para as diferentes partes.

- f) Tendo em conta que muitos ex-refugiados regressados, contrariando a imagem estereotipada que deles é frequentemente projectada, possuem habilitações académicas

ou outras competências com um forte potencial de contributo para o processo de desenvolvimento económico e humano de Angola, sugere-se a criação de um programa específico destinado ao mapeamento dessas competências e à sua eventual mobilização em articulação com instituições dos sectores público e privado.



## 6. Referências bibliográficas

**Allen, D.S. e L. Ndikumana**

- 2000 Financial Intermediation and Economic Growth in Southern Africa. *Journal of African Economies*, 9(2): 132-160.

**Amassari, S.**

- 2005 *Migration and Development: New Strategic Outlooks and Practical Ways Forward*, IOM Migration Research Series, No. 21.

**Bakewell, O.**

- 1999 *Returning Refugees or migrating Villagers? Voluntary Repatriation Programmes in Africa Reconsidered*, University of Bath, London.
- 2000 Repatriation and Self-Settled Refugees in Zambia: Bringing Solutions to Wrong Problems. *Journal for Refugee Studies*, 13(4): 356-373.

**Brinkman, I.**

- 2003a Refugees on Routes Congo/Zaire and the War in Northern Angola (1961 - 1974). *International Symposium Angola on the Move: Transport Routes, Communication, and History*, Berlin.
- 2003b *War and Identity in Angola: Two Case Studies*. Ghent University, Ghent.

**Cain, A.**

- 2007 Housing microfinance in post-conflict Angola: Overcoming socioeconomic exclusion through land tenure and access to credit. *Environment and Urbanization* (Environmental and Urban Studies Journal), 19(2): 361-390.

**Castles, S. e J.M. Miller**

- 2009 *The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World*. Palgrave Macmillan, New York City.

**Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC)**

- 2010 *Relatório Económico sobre Angola – 2010*. Universidade Católica de Angola (UCAN), Luanda

**Chaulia, S.**

- 2006 *Angola: Empire of the Humanitarians*. Feinstein International Center, Somerville.

**Crisp, J.**

- 2000 *Africa's Refugees: Patterns, Problems and Policy Challenges*. UNHCR's Evaluation and Policy Analysis Unit, Geneva.
- 2003 *No Solutions in Sight: the Problem of Protracted Refugee Situations in Africa*. UNHCR's Evaluation and Policy Analysis Unit, Geneva.

**Crisp, J., J. Riera e R. Freitas**

- 2008 *Evaluation of UNHCR's Returnee and Reintegration Programme*. UNHCR's Policy Development and Evaluation Service, Geneva.

**Crush, J., M. Grant e B. Frayne**

- 2007 *Linking Migration, HIV/AIDS, and Urban Food Security in Southern and Eastern Africa*. Idasa Publishing, Cape Town.

**Dick, S.**

- 2003 Changing the Equation: Refugees as Valuable Resources rather than Helpless Victims. *The Fletcher Journal of International Development*, 18: 19-30.

**Fransen, S.**

- 2012 *Back to the Land: the Long-Term Challenges of Refugees Return and Reintegration in Burundi*. UNHCR's Policy Development and Evaluation service, Geneva.

**Gallina, T.**

- 2010 The Future of Presidential Libraries: Assessing Alternative Model from a Legal Research Perspective. *Legal Reference Services Quarterly*, 29:229-254.

**Gillespie, S. e S. Kadiyala**

- 2005 *HIV/AIDS and Food and Nutrition Security: from Evidence to Action*. International Food policy Research Institute, Washington D.C.

**Hansen, A.**

- 1981 Refugee Dynamics: Angolans in Zambia 1966 to 1972. *International Migration review*, 15(1/2): 175-194.

**Huggins, C. e J. Clover (eds)**

- 2005 *From the Ground Up: Land Rights, Conflict, and Peace in Sub-Saharan Africa*; Institute for Security Studies, Pretoria.

### **Human Rights Watch (HRW)**

- 2005 *Coming Home: Return and Reintegration in Angola*. Human Rights Watch, 7(2)

### **Juergensen, O. T.**

- 2000 *Repatriation as Peace-Building Reconstruction: the Case of Northern Mozambique, 1992 – 1995*. International Development Research Center, Johannesburg.

### **Kaun, A.**

- 2008 *When the Displaced Return: Challenges to 'Reintegration' in Angola*. UNHCR's Policy Development and Evaluation Service, Geneva.

### **Loescher, G. e J. Milner**

- 2005 *The Long Road Home: Protracted Refugee Situations in Africa*. Routledge Informa Ltd, London.

### **Marques, N.**

- 2003 *Struggling through Peace: Return and Resettlement in Angola*. *Human Rights Watch; Africa Division*, 15 (16): 1-33.

### **Melo, A. J.**

- 2002 *Attitude Assessment of Angolan Refugees in Zambia towards Return*. (Relatório interno de inquérito); Jesuit Refugee Service (JRS) – Zambia, Lusaka.
- No prelo* *Repatriation and Integration into Socioeconomic, Cultural, and Political Arenas in Angola: the Case of Angolan Returnees who lived in Zambia as Refugees*.

### **Observatório ACP das Migrações**

- 2010 *Resumo geral sobre Tendências de Migração Sul-Sul e de Desenvolvimento e Necessidade de Investigação em Angola*. Observatório ACP das Migrações, Bruxelas.

### **Omata, N.**

- 2011 *'Repatriation is not for everyone': the Life and Livelihoods of Former Refugees in Liberia*. UNHCR's Policy Development and Evaluation Service, Geneva.

### **Organização Internacional para as Migrações (OIM)**

- 2005 *Avaliação das Actividades de Reintegração da OIM para os Retornados e as Populações Deslocadas Vulneráveis em Angola (Relatório Final)*. Organização Internacional para as Migrações, Luanda.
- 2009 *Community Stabilization Programme Progress Report*. International Organisation for Migration, Luanda.
- 2011 *Joint Voluntary Repatriation for Angolan Refugees from neighbouring Concept of Operations*, International Organisation for Migration, Luanda.

### **Petrin, S.**

- 2002 *Refugee Return and State Reconstruction: a Comparative Analysis*. UNHCR's Evaluation and Policy Analysis Unit, Geneva.

### **Riiskjaer, B. H. M.**

- 2008 *Circular Repatriation: the Unsuccessful Return and Reintegration of Iraqis with Refugee Status in Denmark*. UNHCR's Policy Development and Evaluation Service, Geneva.

### **Robson, P. (ed.)**

- 2001 *Communities and Reconstruction in Angola*. Development Workshop, Luanda.
- 2006 *What to do when the Fighting stops: Challenges for Post-Conflict Reconstruction in Angola*. Development Workshop, Luanda.

### **Robson, P. e S. Roque (eds)**

- 2001a *Aqui na Cidade nada Sobra para Ajudar*. Development Workshop, Luanda
- 2001b *Here in the city there is nothing left over for lending a hand*. Development Workshop, Luanda.

### **Rodney, W.**

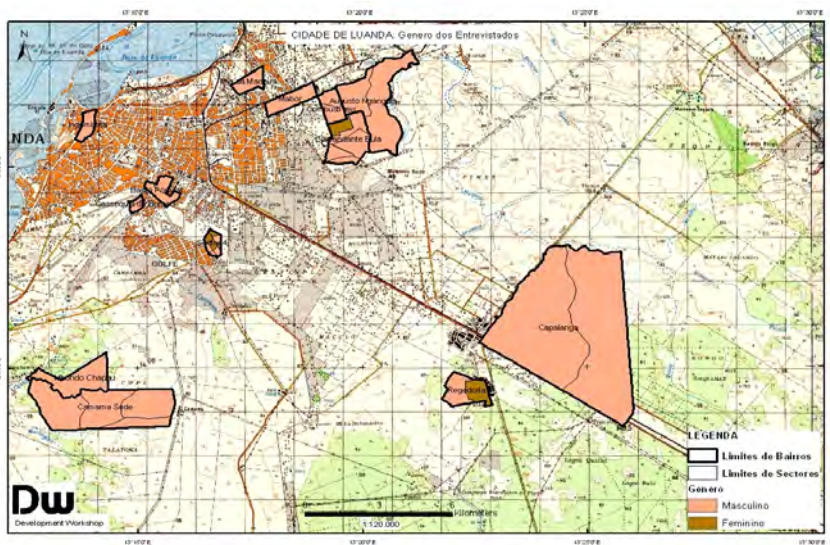
- 1983 *How Europe Underdeveloped Africa*. Howard University Press, Washington D.C.

### **Rogge, J. R. e J. O. Akol**

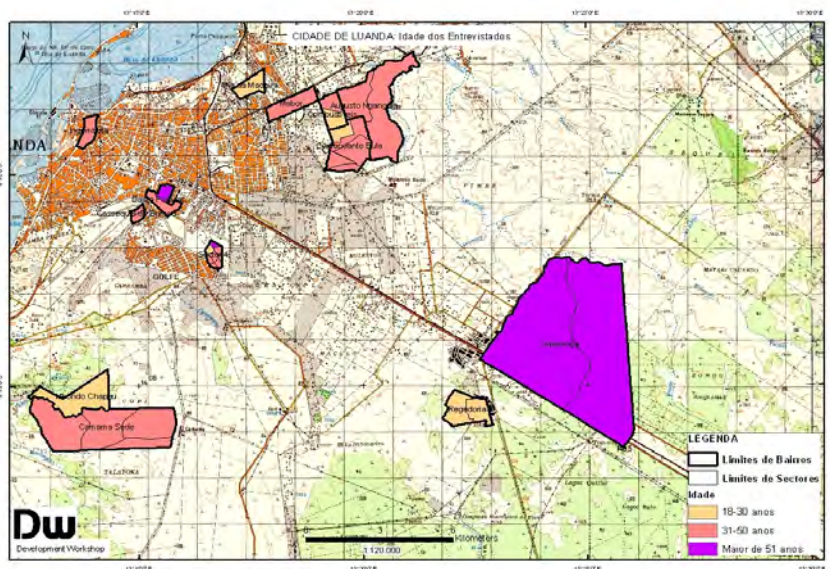
- 1989 *Repatriation: its Role in Resolving Africa's Refugee Dilemma*. *International Migration Review*, 23(2): 184-200.

## 7. Anexos

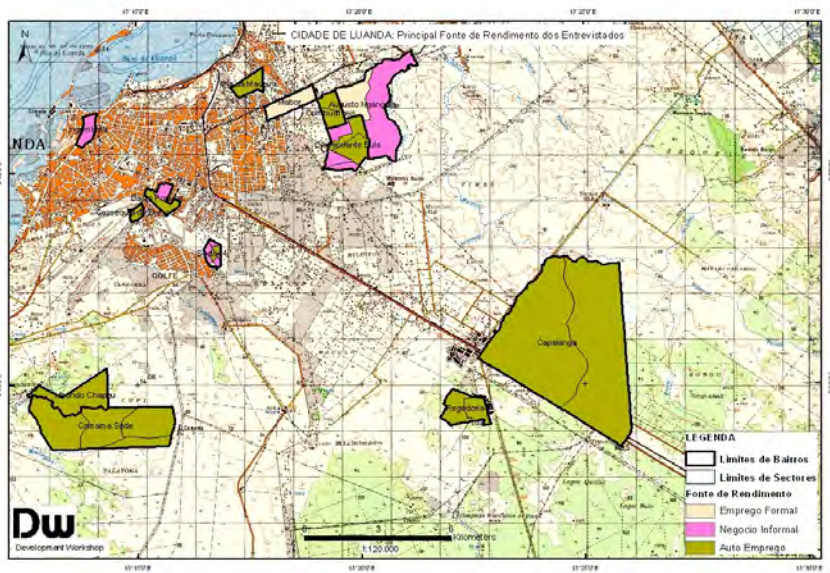
### Distribuição do género predominante em Luanda



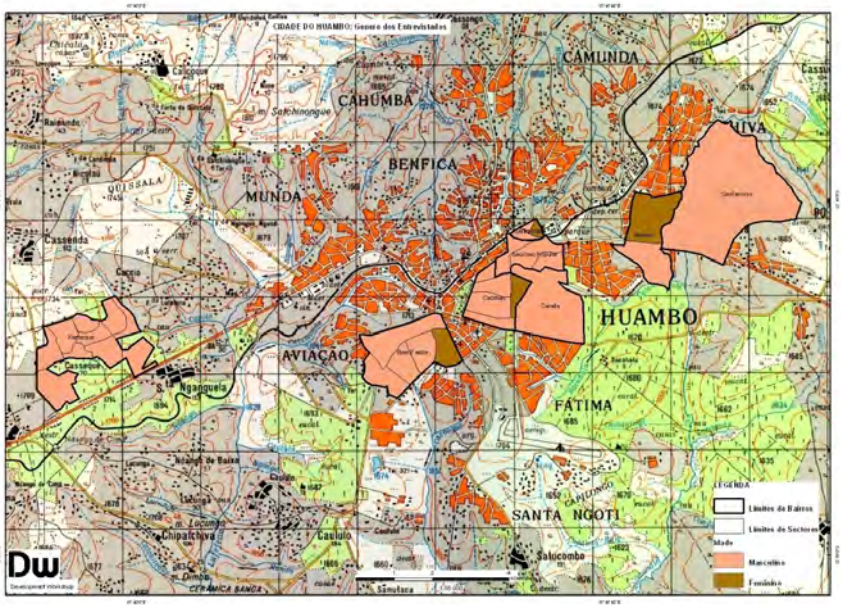
### Distribuição das faixas etárias predominantes em Luanda



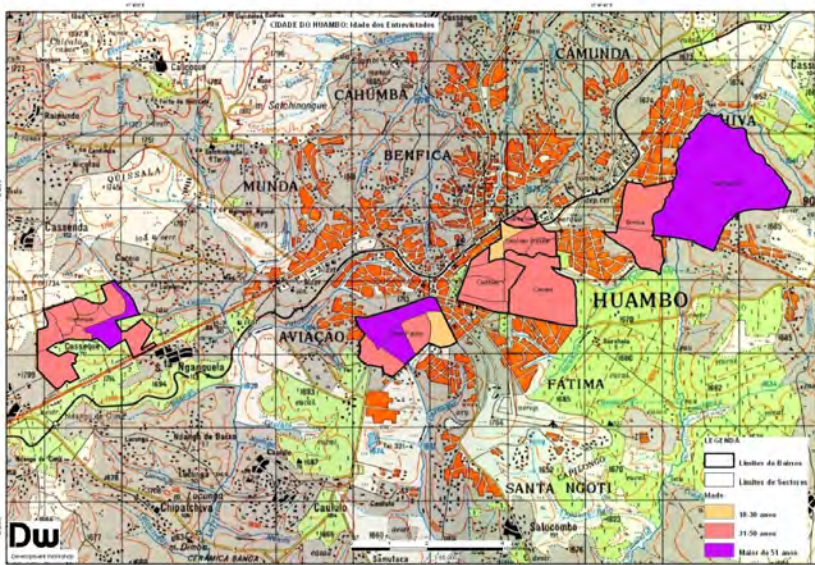
Distribuição das fontes de rendimento predominantes em Luanda



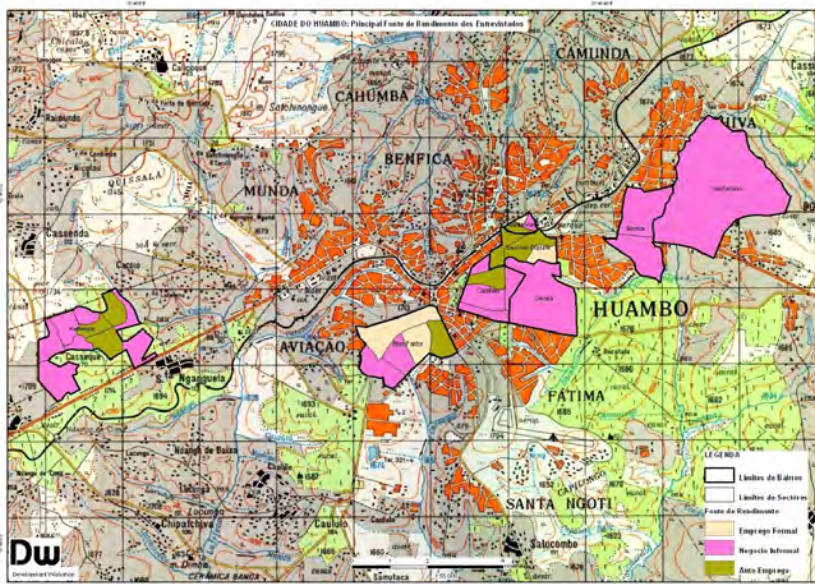
Distribuição do sexo predominante no Huambo



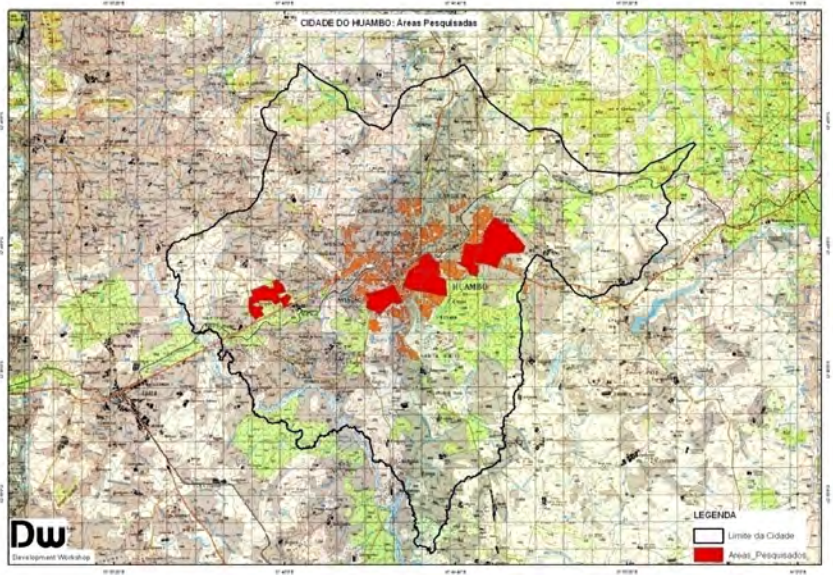
## Distribuição da faixa etária predominante no Huambo



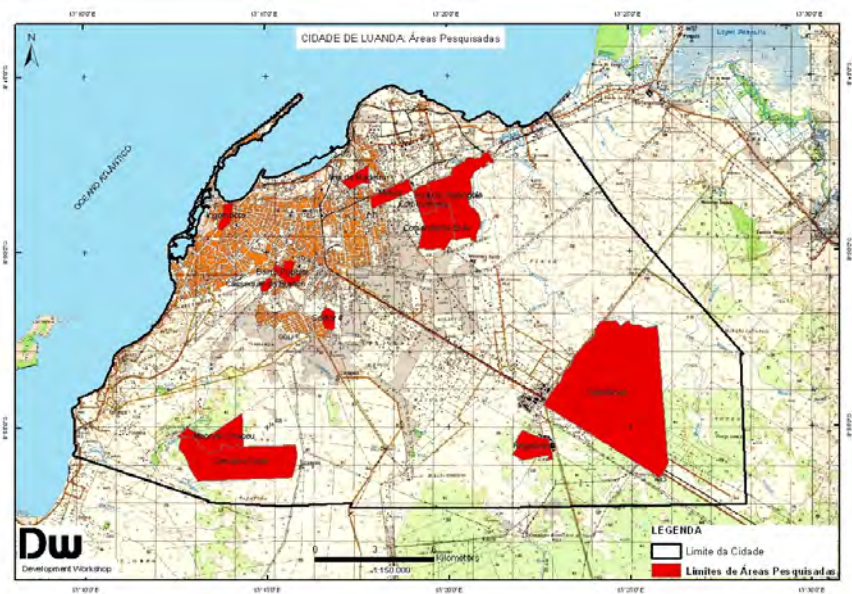
## Distribuição das fontes de rendimento predominantes no Huambo



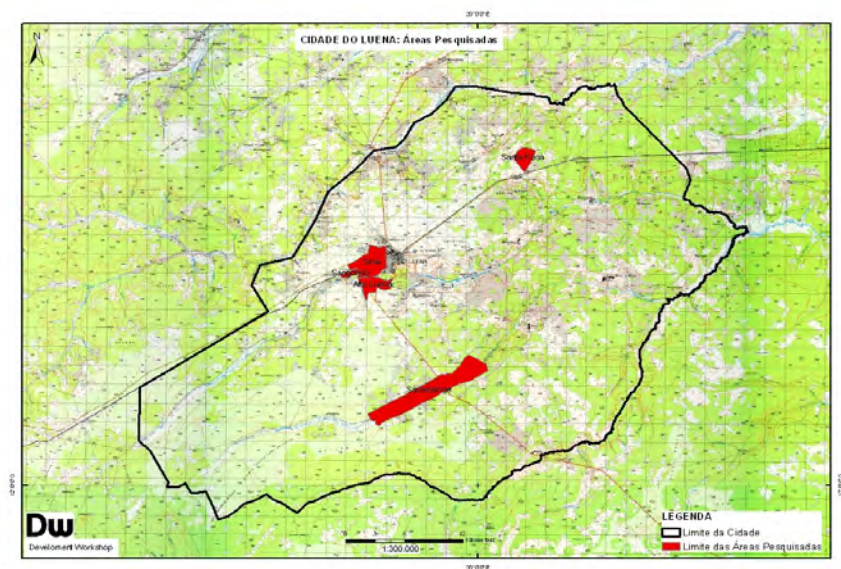
Delimitação da cidade do Huambo e das áreas inquiridas



Delimitação da cidade de Luanda e das áreas inquiridas



## Delimitação da cidade do Luena e das áreas inquiridas



## Matriz dos informantes-chave entrevistados

Cargo	Organismo	Local da entrevista	Data da entrevista
Directora Provincial	MINARS - Huambo	Huambo	24-05-2012
Coordenadora e Oficial	DCA - Angola	Luena	16-03-2012
Coordenador em exercício	Federação Luterana Mundial	Luena	16-03-2012
Chefe de Departamento	Saúde Pública - Huambo	Huambo	23-05-2012
Chefe de Departamento	Urbanismo - Huambo	Huambo	23-05-2012
Responsável pelos Assuntos Comunitários	MAG - Angola	Luena	18-03-2012
Chefe de Secção do Controlo de Estrangeiros	Serv. Migração e Estrangeiros	Huambo	25-05-2012
Directora Provincial	MINARS - Uíge	Uíge	07-07-2012
Directora Nacional de Protecção	ACNUR - Angola	Luanda	11-10-2012





Entre 1975 e 2002, Angola sofreu um conflito armado que provocou o deslocamento de milhões de Angolanos no país e para o estrangeiro. Após o final da guerra em 2002, muitos foram aqueles que voltaram para Angola desde países vizinhos.

Apesar da importância deste fenómeno, o regresso dos ex-refugiados angolanos é pouco e mal conhecido. Em consequência, o potencial dos ex-refugiados não é totalmente aproveitado numa perspectiva de desenvolvimento humano.

Este estudo oferece um enfoque inovador sobre a questão da migração de regresso em Angola. O inquérito realizado em tres regiões do país, as entrevistas institucionais e a revisão bibliográfica indicam que as condições dos ex-refugiados melhoram após o seu regresso. No entanto, o potencial adquirido pelos migrantes no exterior pode ser aproveitado de maneira mais eficaz para a promoção do desenvolvimento em Angola com o apoio de políticas adequadas.



Observatório ACP das Migrações  
20, rue Belliardstraat (7<sup>e</sup> andar)

1040 Bruxelas - Bélgica

Tel.: +32 (0)2 894 92 30 - Fax: +32 (0)2 894 92 49

ROBrusselsACP@iom.int - [www.acpmigration-obs.org](http://www.acpmigration-obs.org)



Uma iniciativa da Secretariado ACP, financiada pela União Europeia,

implementada pela OIM e com o apoio financeiro da Suíça, da OIM, do Fundo da OIM para o Desenvolvimento e do UNFPA

